

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**  
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Textos para discussão  
Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
número 1

# **Alfabetização por Raça e Sexo no Brasil: Evolução no Período 1940-2000**

Kaizô Iwakami Beltrão<sup>1</sup>

Maria Salet Novellino<sup>2</sup>

Rio de Janeiro  
2002

---

<sup>1</sup> ENCE/IBGE – [kaizo@ibge.gov.br](mailto:kaizo@ibge.gov.br)

<sup>2</sup> ENCE/IBGE – [novellino@ibge.gov.br](mailto:novellino@ibge.gov.br)

**Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 0000-0000**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 85-240-3064-X

© IBGE. 2002

**Capa**

Gerência de Criação/CDDI

---

Beltrão, Kaizô I. (Kaizô Iwakami)

Alfabetização por raça e sexo no Brasil : evolução no período 1940-2000 / Kaizô Iwakami Beltrão, Maria Salet Novellino. - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

55p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas ; n. 1)

Bibliografia: p. 54-55.

ISBN 85-240-3064-X

1. Alfabetização – Brasil – Estatística – 1940-2000. 2. Brasil – População – 1940-2000. I. Novellino, Maria Salet Ferreira. II. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). IV. Título. V. Série.

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais** CDU 314.9-057.8(81)  
RJ/2002-23 EST

---

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

# SUMÁRIO

Introdução .....	1
2. Conceitos .....	3
3. Distribuição etária da população por sexo e raça – 1940/1991 .....	4
4. Taxas brutas de alfabetização por sexo e raça – Brasil.....	9
5. Alfabetização por sexo e idade – Brasil.....	16
5.1 Taxas específicas.....	16
5.2 Pirâmides etárias.....	20
6. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Brancos.....	24
6.1 Taxas específicas.....	24
6.2 Pirâmides etárias.....	26
7. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Pretos.....	29
7.1 Taxas específicas.....	29
7.2 Pirâmides etárias.....	31
8. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Pardos.....	34
8.1 Taxas específicas.....	34
8.2 Pirâmides etárias.....	36
9. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Amarelos.....	39
9.1 Taxas específicas.....	39
9.2 Pirâmides etárias.....	41
10. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Indígenas .....	44
10.1 Taxas específicas.....	44
10.2 Pirâmides etárias.....	46
11. Comparação entre as categorias de cor ou raça .....	47
11.1 Taxas masculinas.....	47
11.2 Taxas femininas .....	48
12. Comentários e conclusões.....	49
13. Bibliografia .....	52

# **Apresentação**

A presente série da Escola Nacional de Ciências Estatísticas compõe-se de textos para a discussão, sob a forma de “pré-prints”, resultantes das pesquisas realizadas por professores do Departamento de Pesquisas da ENCE, ou de consultorias técnicas desenvolvidas pelos pesquisadores e professores junto a outros órgãos do IBGE, em entidades do setor público nacional, ou ainda em conjunto com organismos internacionais.

Em geral, os textos tratam de temas diversificados no campo da aplicação de conceitos, técnicas e metodologias estatísticas concernentes à realidade econômica e social do país. Os mesmos versam também sobre análises de dados em diversos temas de interesse econômico, social e demográfico.

**Kaizô Iwakami Beltrão**  
**Superintendente da ENCE**

# RESUMO

As barreiras cognitivas impedem o avanço dos grupos sociais menos afluentes. Depois da linguagem falada, é a linguagem escrita a fronteira mais básica a ser transposta para exercer uma real cidadania. Este trabalho apresenta e analisa as taxas de alfabetização da população brasileira tal como mensurada nos censos entre 1940 e 2000. Sempre que possível, desagrega essa informação por cor ou raça (o quesito de cor ou raça não foi levantado no censo de 1970 e no de 2000 ainda não está disponível). O quadro é de uma discrepância que diminui no tempo, e de alguma forma muito mais rapidamente para as mulheres. Quando se considera o agregado da população, a taxa de alfabetização feminina superou a masculina já no censo de 1991. Existe uma clara hierarquização nos níveis de alfabetização das diferentes categorias de raças ou cores consideradas nos censos brasileiros: amarela, branca, parda e preta.

# ABSTRACT

Cognitive thresholds hold back the advance of less affluent groups. After the spoken language, the written language is the strongest impediment to exerting one's true citizenship. This text presents and analyses literacy rates among the Brazilian population. Censuses between 1940 and 2000 were used as data source. Whenever possible the information was disaggregated by race/skin color (race information was not part of the 1970 census questionnaire and it is not yet available for the 2000 census). What we can perceive is a picture of high discrepancies among races, diminishing with time, though, and bridging the gap at a faster pace for females. When considering the population as a whole, female literacy had surpassed male literacy by the 1991 census year. With respect literacy, there is a clear hierarchy among the different race/skin color categories used in the Brazilian censuses: Asians, Whites, Mixed race, Black.

# Introdução<sup>3</sup>

As barreiras cognitivas impedem o avanço dos grupos sociais menos afluentes. Depois da linguagem falada, é a linguagem escrita a fronteira mais básica a ser transposta para se exercer uma real cidadania<sup>4</sup>. Tais barreiras acabam por acentuar a desigualdade entre os grupos. Para Alves (1998:65), “o conceito de desigualdade está associado às questões de classe, de gênero e de raça. Denota as posições dos indivíduos de uma sociedade com relação aos meios de produção, o valor diferente dado a esses indivíduos de acordo com seu sexo e características físicas diferentes ou a cor de sua pele”. Portanto, estudar indivíduos em sua diversidade racial não significa estabelecer uma diferença biológica, mas sim, procurar mostrar como essa diversidade se reflete e é refletida em sua condição social. Para alcançar esse objetivo, utilizaremos como indicadores dessa relação entre raça e condição social os dados sobre alfabetização divulgados nos censos demográficos de 1940 a 1991<sup>5</sup>.

Estudos envolvendo questões raciais que foram e vêm sendo realizados no Brasil seguem, habitualmente, uma dessas três tendências<sup>6</sup>: (1ª) A que acredita numa democracia racial, isto é, na inexistência de preconceito de raça. De acordo com esta perspectiva, a condição de desigualdade dos negros em relação aos brancos poderia ser atribuída à ausência de educação e à pobreza, conseqüências do período de escravidão.<sup>7</sup> (2ª) A que vincula questões raciais a questões de classe, subordinando a primeira à segunda. De acordo com essa linha de raciocínio, o preconceito seria mais social do que racial.<sup>8</sup> (3ª) a que defende que a raça é determinante da condição social dos indivíduos.<sup>9</sup> Independentemente da tendência esposada, retratar a situação diferenciada do nível de alfabetização dos negros e pardos *vis-à-vis* ao de outras

---

<sup>3</sup> Os autores agradecem o trabalho de coleta e digitação dos dados dos monitores Hugo Brasileiro, Alex Calixto, Roberta Bisaggio, Rachel Gonçalves. Agradecem também os comentários de Jane Souto de Oliveira e de Moema de Poli Teixeira, bem como a revisão do texto realizada por Antônio Senna.

<sup>4</sup> Vale lembrar que, no Brasil, os analfabetos só foram autorizados a votar a partir da Lei nº 7332 (artigo 18) de 1º de julho de 1985, que estabelece normas para a realização de eleições.

<sup>5</sup> Para o censo 2000 os dados desagregados por raça não estão ainda disponíveis.

<sup>6</sup> Ver Batista e Galvão, 1992:71

<sup>7</sup> Gilberto Freyre foi seu principal defensor.

<sup>8</sup> Donald Pierson em *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago: Universty Press, 1942, defende que classe seja provavelmente mais importante que raça na determinação da posição social dos indivíduos.

<sup>9</sup> Posição esposada por, entre outros, Hasenbalg (1979).

raças é um ponto de partida para compreender a extensão das clivagens sociais existentes no país.

Na linha do que diz Bourdieu (1999:8), este estudo constituir-se-ia em mais uma ocasião de “apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele”.

De qualquer modo, no Brasil, o que se verifica é a existência, ainda, de um hiato considerável entre a situação dos indivíduos dependendo de sua cor ou raça: pretos e pardos de um lado e brancos e amarelos de outro. As estatísticas mostram que, mesmo no nível mais elementar da educação, que é o da alfabetização, a desigualdade racial, apesar de menor hoje do que nas décadas anteriores, ainda permanece. No que diz respeito a sexo, as taxas de alfabetização das mulheres pretas e pardas são ligeiramente maiores do que as dos homens da mesma cor ou raça. No entanto, a diferença entre elas e as mulheres brancas e amarelas ainda persiste, embora menor do que a verificada em censos anteriores. Essas constatações indicam que a relação entre alfabetização e raça merece ser explorada, o que vai ser realizado ao longo deste trabalho.

Taxas brutas para a população como um todo, mesmo caracterizando uma tendência temporal, não levam em conta mudanças na estrutura etária, mascaram possíveis movimentos ocorridos em coortes específicas e não consideram diferenças intragrupos. Para completar o quadro e se ter uma idéia melhor da dinâmica do processo de alfabetização, optamos por comparar as informações por cor ou raça, sexo e coorte de nascimento em diferentes instantes do tempo. Essas informações estão disponíveis em alguns censos populacionais, a saber: 1940, 1950, 1960, 1980 e 1991.

Uma análise de coorte, por oposição a uma análise de período, apresenta várias vantagens. Uma análise de coorte não chega a ser um filme no lugar das várias fotos disponíveis com a análise de período, mas uma série de fotos do mesmo grupo de indivíduos em diferentes instantes do tempo. Com isto, podemos apreciar mudanças ocorridas nesse grupo entre os diversos instantes nos quais o mesmo é retratado.

Este trabalho é composto de treze seções. A primeira é esta introdução. A segunda descreve a evolução dos conceitos de cor ou raça e alfabetização, como



pesquisado nos censos da segunda metade do século passado. A terceira seção apresenta a distribuição da população brasileira, no mesmo período, desagregada por cor ou raça, sexo e grupo etário. A quarta seção compara a taxa bruta de alfabetização por cor ou raça e sexo. A quinta seção desagrega, para todos os censos disponíveis, a informação de alfabetização por coorte de nascimento para a população como um todo. As cinco seções seguintes repetem a análise, mas desagregando por cor ou raça: branca, preta, parda, amarela e indígena. A décima primeira seção compara as taxas de alfabetização das pessoas segundo sua cor ou raça, primeiramente para a população masculina e depois para a feminina. Na décima segunda seção, à guisa de conclusão, tecem-se alguns comentários. A última seção é a bibliografia.

## 2. Conceitos

Desde 1872, a alfabetização foi pesquisada como um quesito censitário. Para uma população basicamente iletrada como a brasileira de então, esse foi por algum tempo o indicador único e absoluto do grau de instrução da população (ver Oliveira<sup>10</sup>, 2001). Só a partir de 1940, foi a educação formal incluída regularmente no questionário censitário. Em todos os censos, foram consideradas como alfabetizadas, “as pessoas de 5 anos ou mais de idade capazes de ler e escrever um bilhete simples, no idioma que conhecessem<sup>11</sup>. Aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram e as que apenas assinassem o próprio nome foram consideradas analfabetas”.(censo 1991:24)

Já no censo de 1872 investigaram-se atributos referentes à cor ou raça<sup>12</sup> da população. Embora o quesito pesquisado fosse ‘cor’, usava-se o termo ‘caboclo’ como opção de cor junto a branco, preto e pardo, o que vinha a demonstrar uma certa ambigüidade entre os conceitos de cor e de raça. Na categoria caboclos estaria incluída, sem distinção de tribo, toda a população indígena do país. Ainda que a categoria de pardos açambarcasse nominalmente todos os mestiços, a ênfase era a da mestiçagem de brancos com negros. Já em 1890, a cor parda foi substituída pela categoria “mestiço”, indicação mais genérica, que incluía também os diversos resultados de fusão com a raça indígena. Nos censos seguintes, nenhum quesito sobre cor ou raça foi pesquisado e somente em 1940 é re-incluído no questionário censitário. Com o aumento da imigração a categoria amarela foi incluída entre as respostas possíveis, e a categoria parda passou a englobar também os indígenas e seus descendentes.

---

<sup>10</sup> A discussão sobre os conceitos censitários foi parcialmente baseada no texto de Oliveira.

<sup>11</sup> Diferenciação importante considerando-se o contingente de imigrantes.

<sup>12</sup> Ainda que entendamos que o conceito pode ter variado no tempo.

No que diz respeito à raça, o censo de 1950 manteve a estrutura do censo anterior, e a população foi distribuída em quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e pardos; sendo que este último grupo incluiu os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, etc. Na introdução ao censo, é feita a ressalva de que a população aborígine (sic) não foi totalmente levantada. “Informações indiretas e imparciais foram obtidas, no entanto, por intermédio das declarações alusivas à cor e à língua falada”. No censo de 1960, a população, tal como no censo anterior, foi dividida em brancos, pretos, amarelos e pardos. Os índios continuaram a ser incluídos neste último grupo. No censo de 1970 não foi levantada a cor da população brasileira. No entanto, para efeito comparativo, os dados relativos a esse período tendo em vista as diferentes raças, serão apresentados como resultado da aplicação de um modelo logit às informações dos censos anteriores e posteriores. No censo de 1980, a população continuou a ser classificada em branca, preta, amarela e parda (mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza, etc). Foi somente a partir do censo de 1991 que a população indígena passou a ser mais uma vez enumerada separadamente da parda. Passam, então, a ser possíveis as seguintes respostas em relação à cor ou raça: branca, preta, amarela, parda (mulata, mestiça, cabocla, mameluca, cafuza, etc.) e indígena, classificação que se aplica tanto aos que vivem em aldeamento como aos que vivem fora. De acordo com o *Manual do recenseador* de 2000, enquadram-se na classificação de raça amarela as pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana, etc. O *Manual do Recenseador* do censo de 1991, no que se refere à cor ou raça amarela, é mais explícito, adicionando a expressão “e seus descendentes” à especificação anterior.

É importante mencionar que os dados sobre as cores/raças dos indivíduos só são coletados nos questionários aplicados a uma amostra populacional. Esse quesito não está presente no questionário básico, e os dados apresentados neste texto são o resultado da expansão da amostra<sup>13</sup>.

### **3. Distribuição etária da população por sexo e raça – 1940/1991**

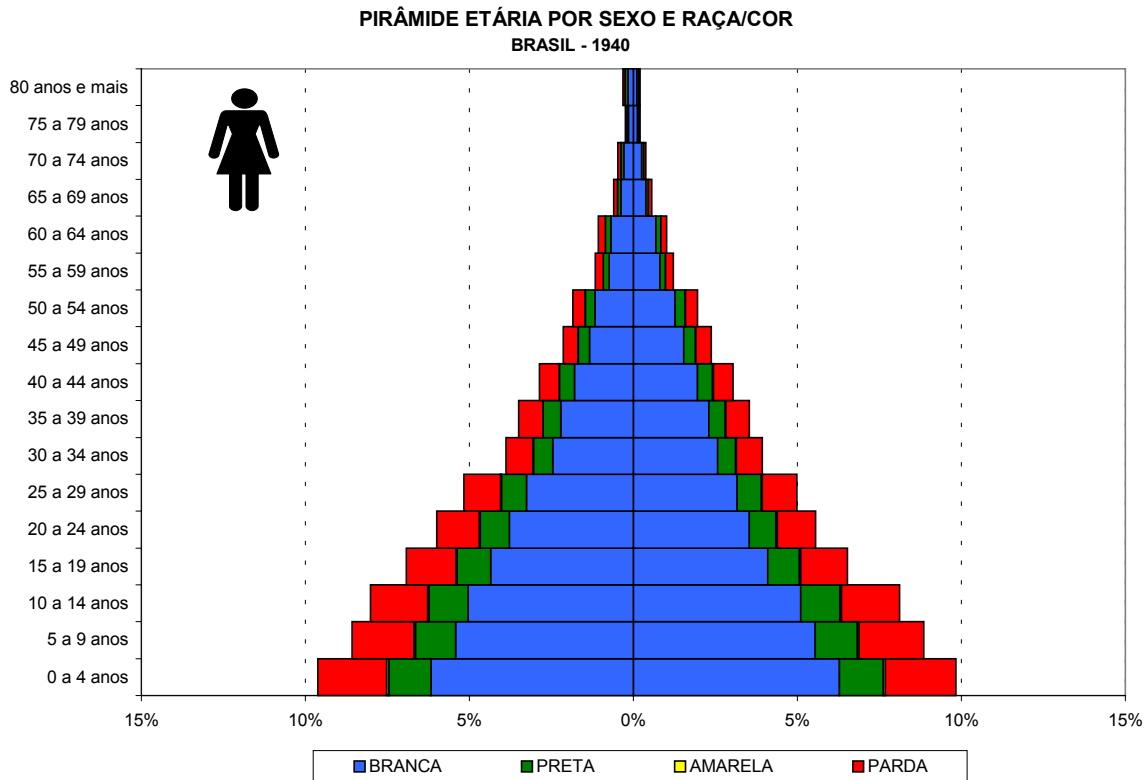
Os Gráfico 1 a Gráfico 7 apresentam as distribuições por cor ou raça, sexo e grupo etário para a população brasileira nos anos censitários desde 1940. Como se pode ver na seqüência desses gráficos e na

Tabela 1, a população brasileira como um todo apresentou uma queda na fecundidade (notável pela constrição da base das pirâmides etárias) e um aumento da

longevidade (notável pelo alargamento do pico das pirâmides). Quanto à distribuição por raça, é possível ter havido um processo contínuo de miscigenação, já que as proporções de indivíduos de raça branca, preta e amarela, diminuíram no período, ao passo que a de indivíduos pardos aumentou. A população que se declara parda em 1991 parece ligeiramente discrepante quando comparada aos censos contíguos.

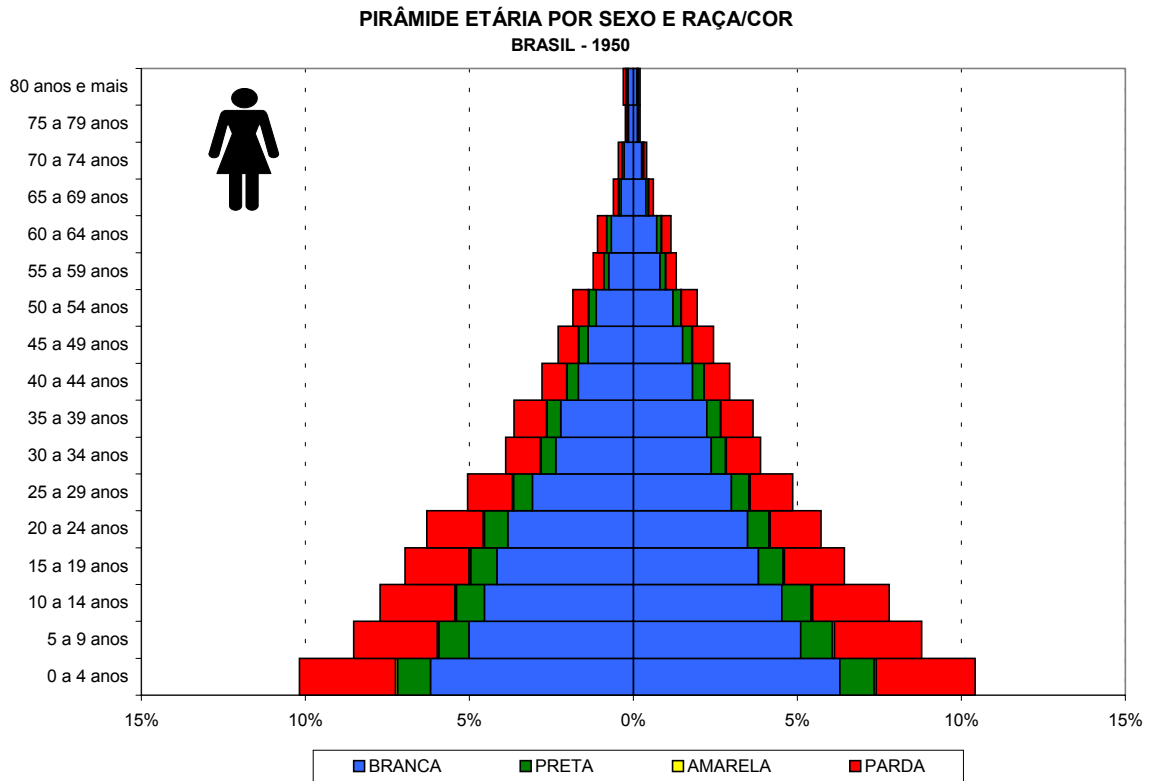
Cumprir notar que este trabalho não se propõe a estudar ou mesmo descrever a dinâmica demográfica dos diferentes grupos raciais brasileiros. O trabalho de analisar as componentes de fecundidade e mortalidade já foi realizado por vários autores, entre eles Berquó (1988), Bercovich (1991) e Silva (1992).

### Gráfico 1

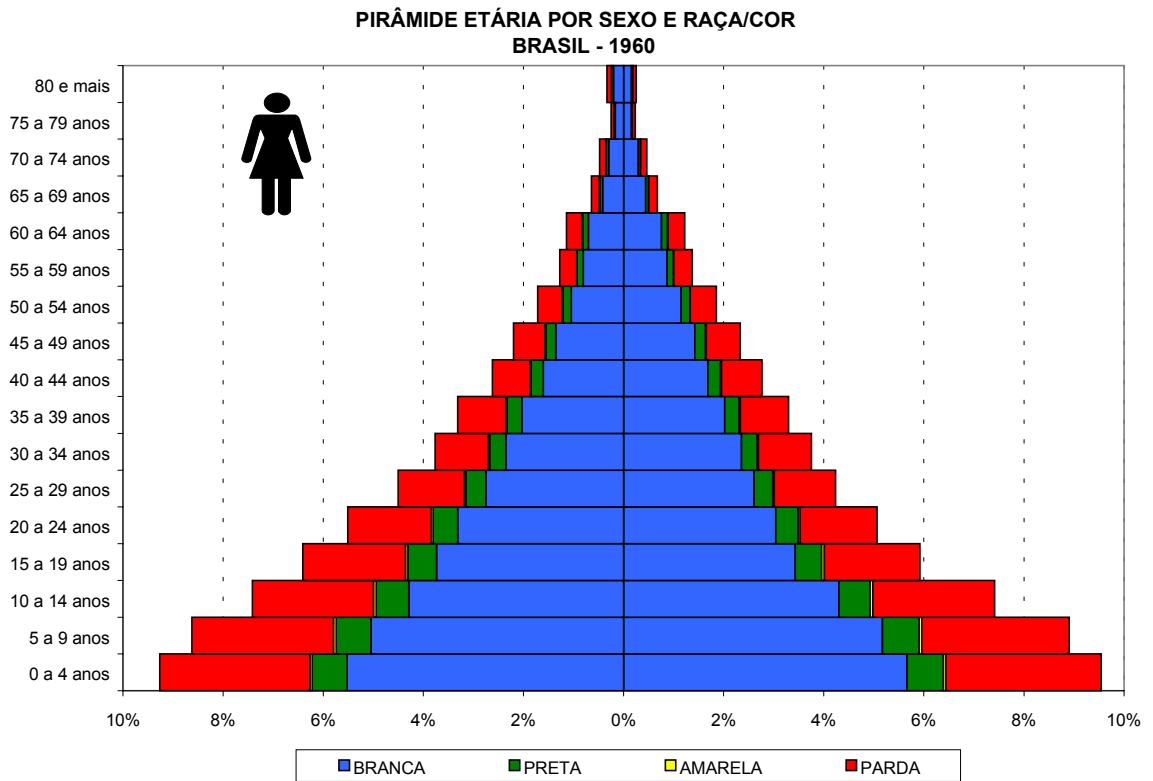


<sup>13</sup> Esta amostra foi de 25% nos censos anteriores a 1991. Em 1991 a fração amostral foi variável, dependendo do tamanho do município, 10% para municípios com mais de 15000 habitantes e 20% para os demais.

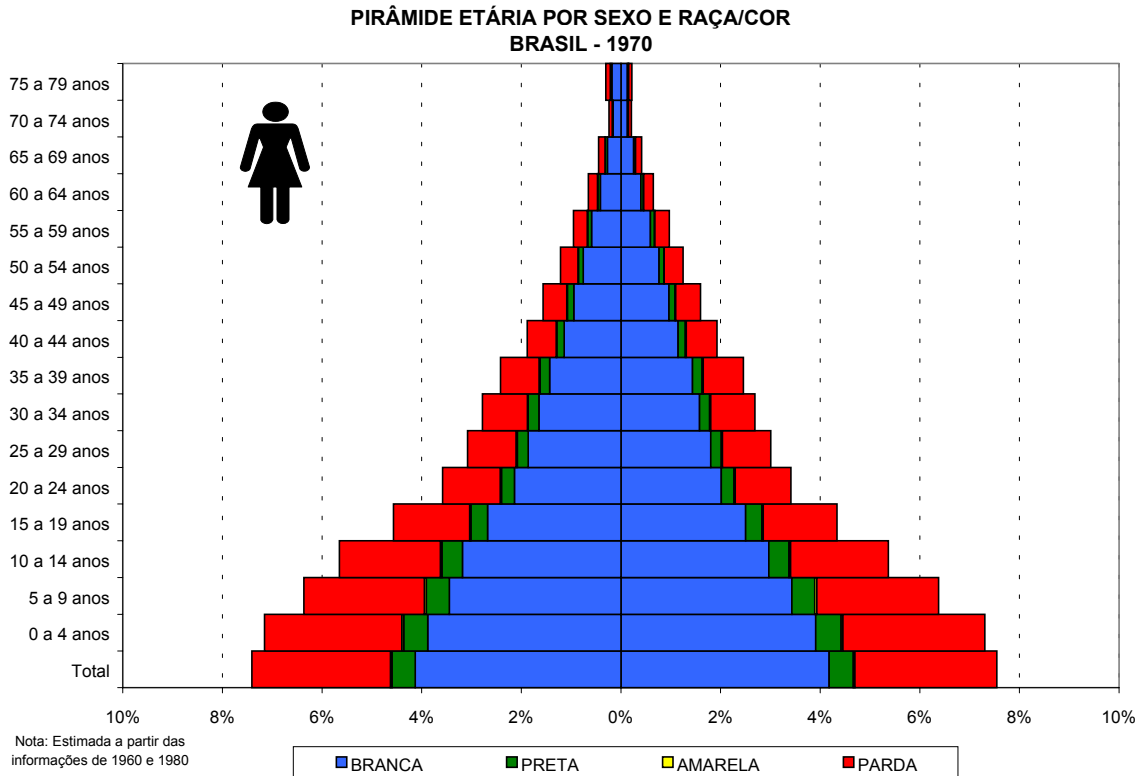
**Gráfico 2**



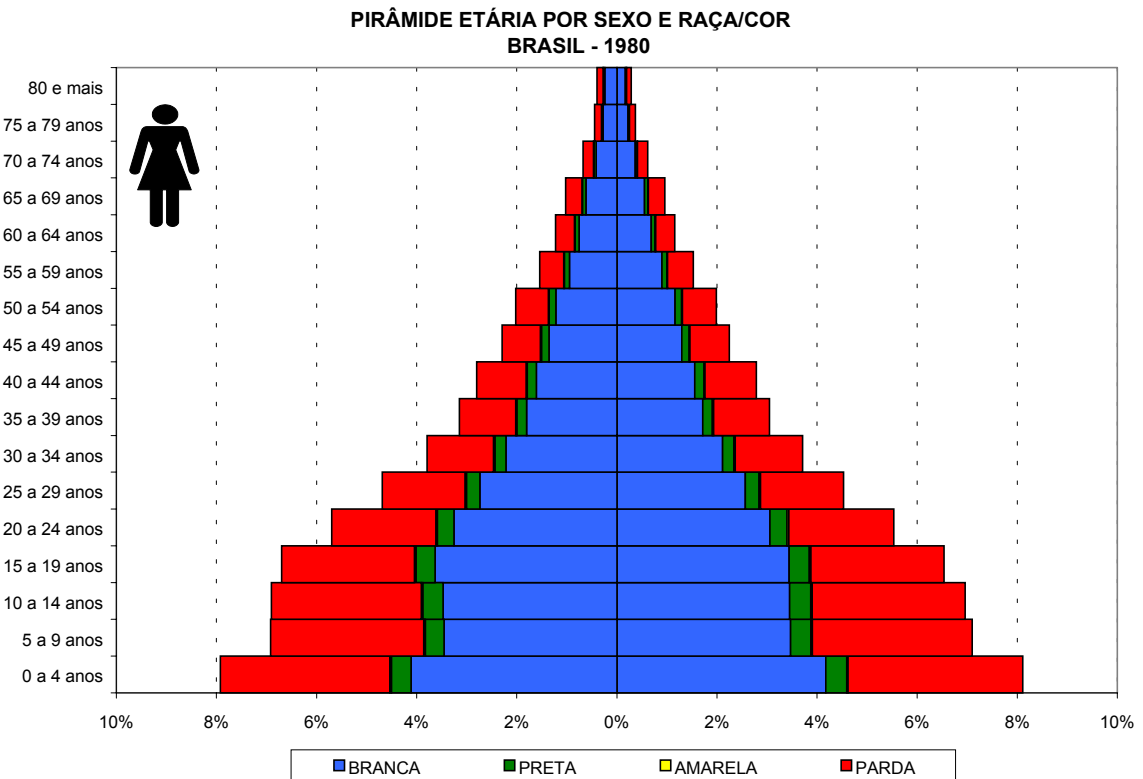
**Gráfico 3**



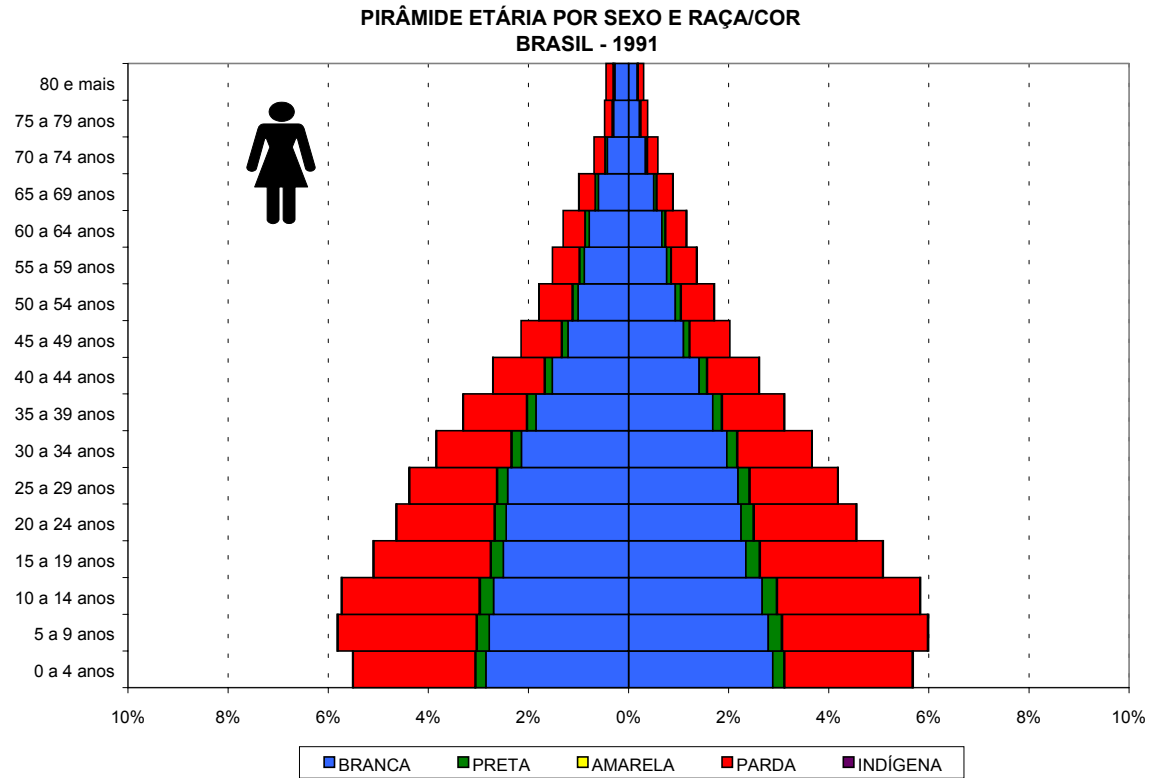
**Gráfico 4**



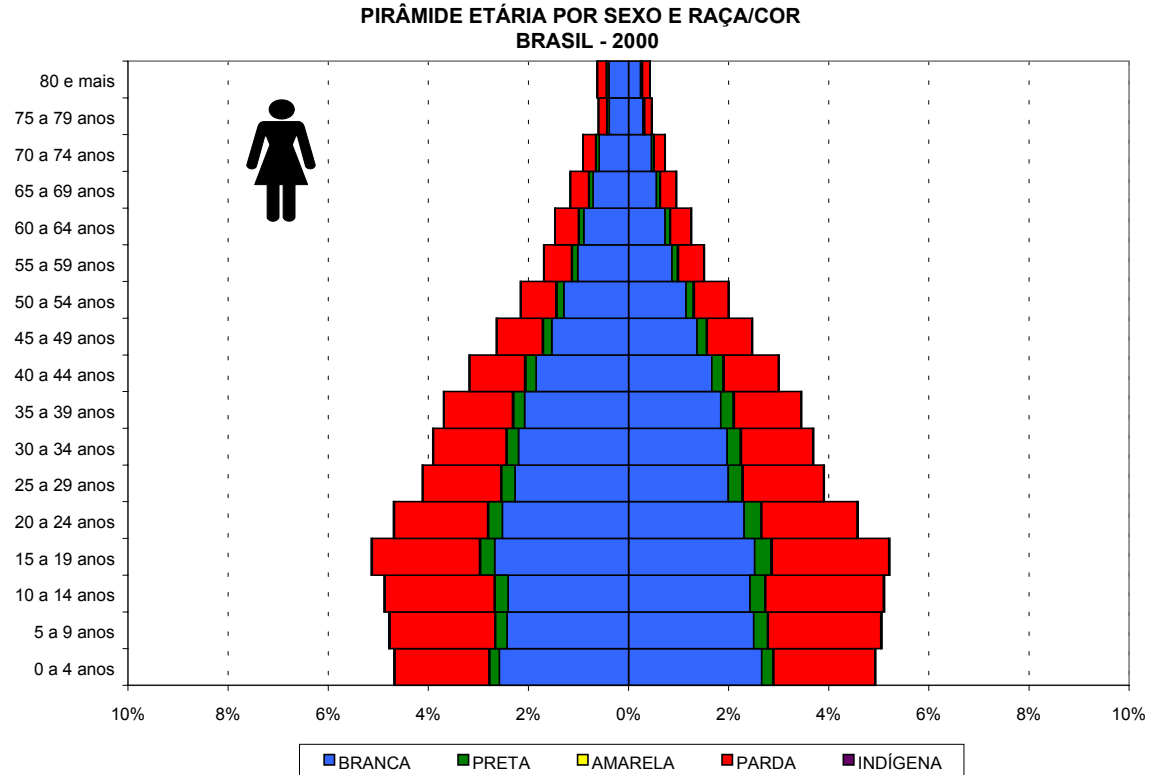
**Gráfico 5**



**Gráfico 6**



**Gráfico 7**



**Tabela 1 - Distribuição proporcional da população por cor ou raça – censos selecionados**

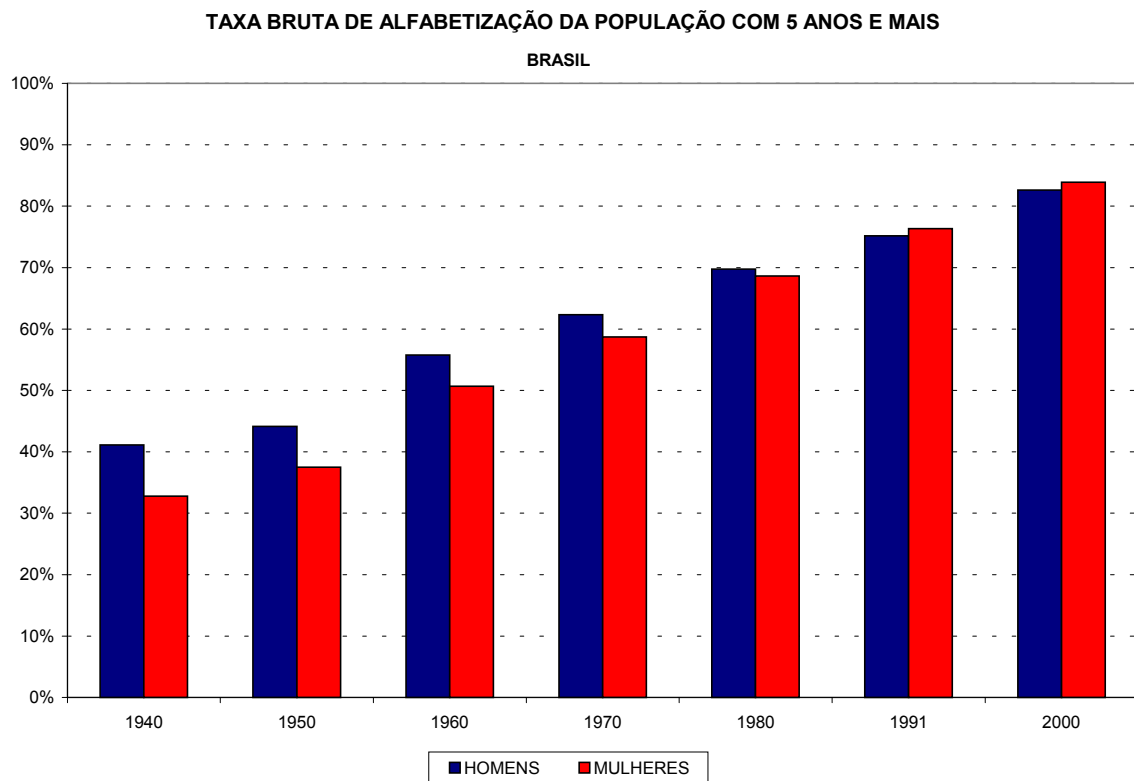
	Branca	Preta	Amarela	Parda*	Indígena	s/ declaração
1940	63,58%	14,66%	0,59%	21,32%	-	0,00%
1950	61,81%	10,98%	0,64%	26,58%	-	0,00%
1960	61,05%	8,72%	0,69%	29,51%	-	0,04%
1970	57,88%	7,22%	0,63%	34,14%	-	0,14%
1980	54,23%	5,92%	0,56%	38,85%	-	0,44%
1991	51,70%	5,00%	0,43%	42,67%	0,20%	0,20%
2000	48,11%	5,70%	0,48%	34,96%	0,37%	0,00%

Nota: \* Até 1980, inclusive, a população parda incluía a população indígena.

#### **4. Taxas brutas de alfabetização por sexo e raça – Brasil**

O hiato entre sexos da taxa bruta de alfabetização variou consideravelmente desde meados do século passado (ver Gráfico 8 e Tabela 2). Em 1940, os valores para homens e mulheres foram, respectivamente, 41,12% e 32,79%, uma diferença de um pouco mais de sete pontos percentuais. Já em 1980, essa diferença tinha se reduzido a 1,12%. Em 1991, as taxas foram, respectivamente, 75,16% e 76,35%, com uma vantagem de 1,19% para as mulheres. No censo de 2000, a vantagem feminina continuou a se ampliar, ainda que numa velocidade menor, atingindo 1,29%.

## Gráfico 8



Um padrão semelhante pode ser percebido, mesmo quando se desagrega a população por cor ou raça para essa análise. A Tabela 2 e os Gráfico 9 a Gráfico 12 apresentam as taxas de alfabetização desagregadas por raça e sexo. Em 1950, para todas as categorias de cor ou raça a vantagem é da população masculina. Com o tempo, o hiato diminui. Para brancos e amarelos, embora a diminuição seja considerável, ainda não se vê, pelo menos na agregação de todas as idades, equidade de alfabetização para homens e mulheres. No censo de 2000<sup>14</sup>, para essas categorias, as taxas brutas masculinas estimadas continuam superiores às femininas. No referido ano, para pretos e pardos, semelhantemente ao que acontece para a população do Brasil como um todo, é das mulheres a primazia da alfabetização. Para a população parda, assim como para o total da população, tal constatação já é verdadeira a partir do censo de 1991. Por outro lado, para a população preta, somente a partir de 2000.

<sup>14</sup> As informações de alfabetização por raça ou cor para o ano de 2000 foram obtidas ajustando-se um modelo logit às informações dos censos anteriores por raça e do ano de 2000 para o total da população. A população desagregada por raça ou cor foi extraída das tabulações avançadas no censo 2000.

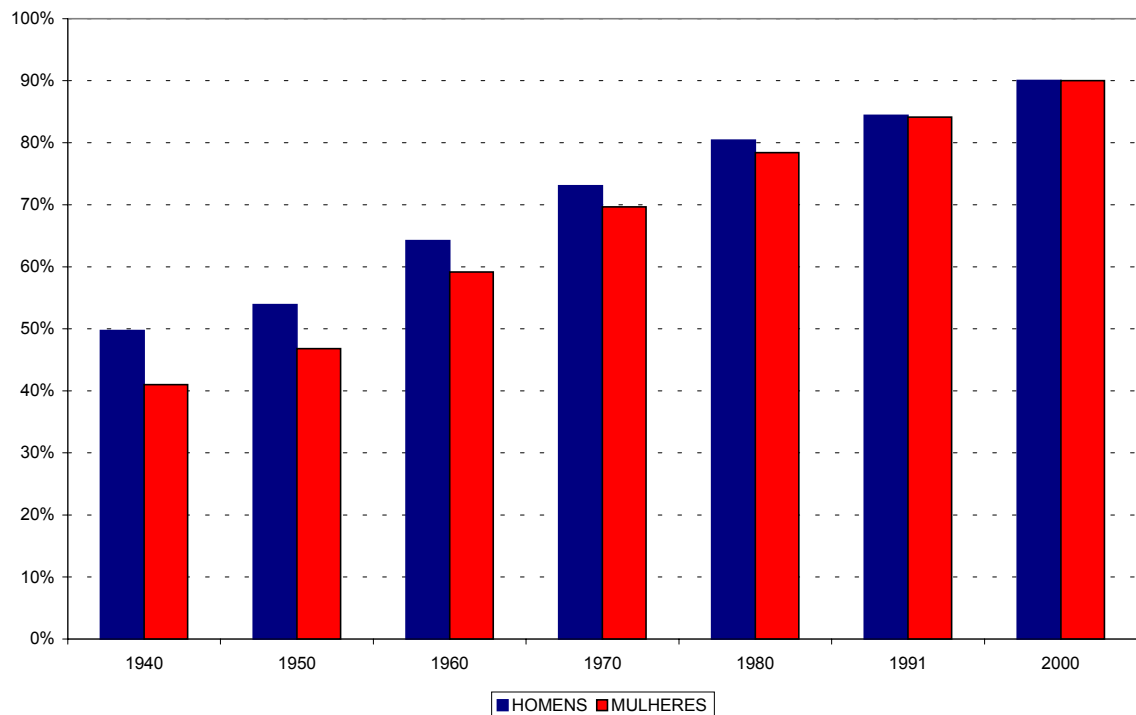


**Tabela 2 - Taxa de alfabetização da população com 5 anos e mais de idade por raça e sexo segundo o ano censitário**

	TOTAL		BRANCA		PRETA		AMARELA		PARDA	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1940	41,12	32,79	49,74	41,02	21,05	14,51	64,37	48,17	28,29	21,04
1950	44,12	37,51	53,89	46,80	24,49	18,76	75,84	66,85	30,20	24,55
1960	55,77	50,68	64,22	59,17	34,75	29,78	83,54	77,66	37,12	64,22
1970	62,32	58,72	73,08	69,64	45,68	41,53	87,23	82,67	46,75	73,08
1980	69,74	68,62	80,42	78,40	57,05	54,34	90,18	86,74	56,63	56,21
1991	75,16	76,35	84,41	84,15	65,41	65,13	93,24	91,36	65,53	67,68
2000	82,62	83,90	90,61	90,52	73,71	74,00	96,10	94,70	73,53	76,19

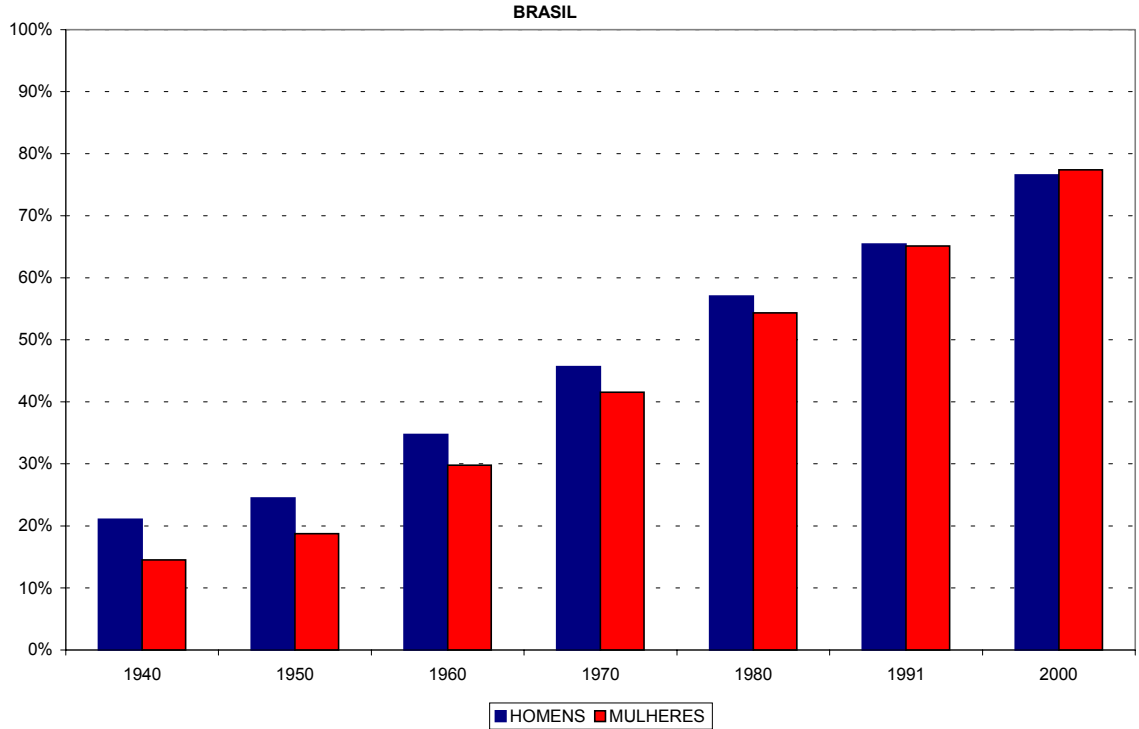
**Gráfico 9**

**TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS - RAÇA BRANCA  
BRASIL**



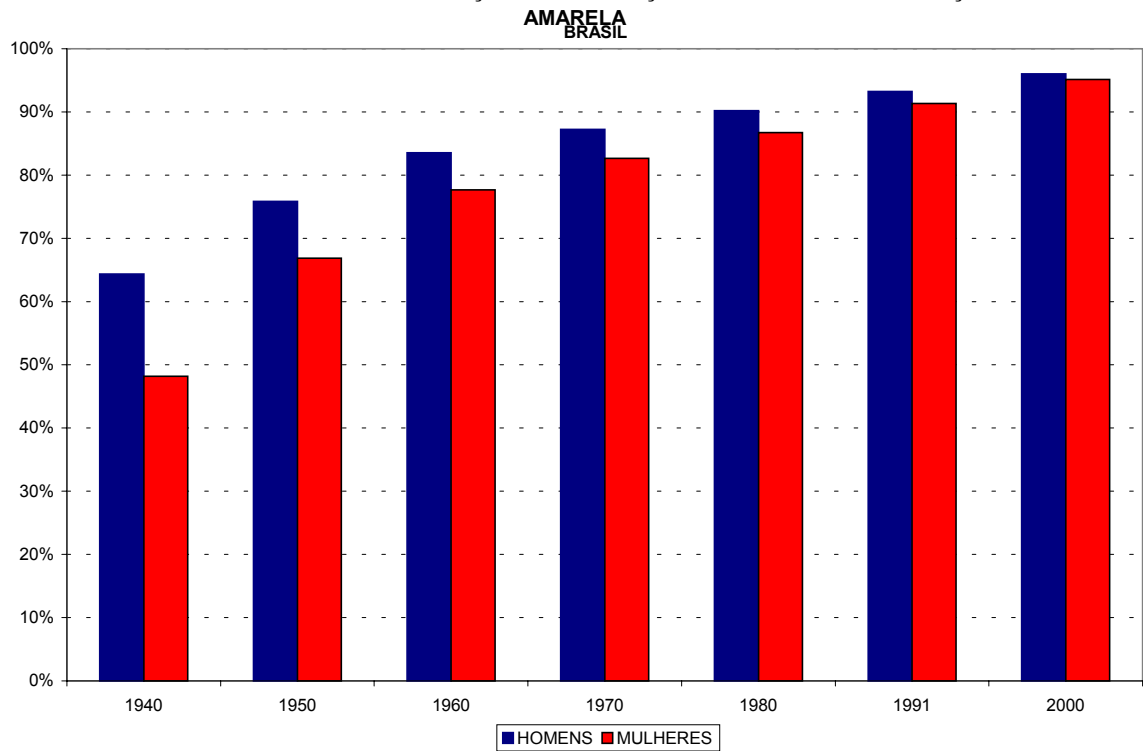
## Gráfico 10

### TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS - COR PRETA

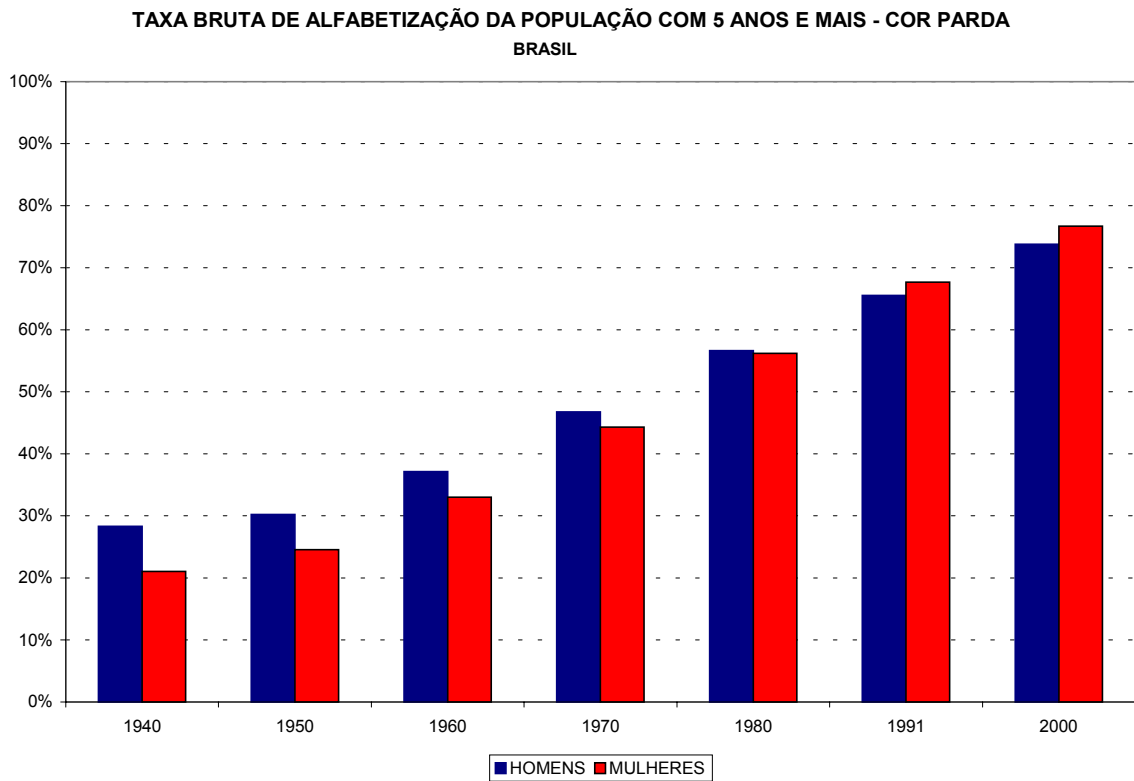


## Gráfico 11

### TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS - RAÇA



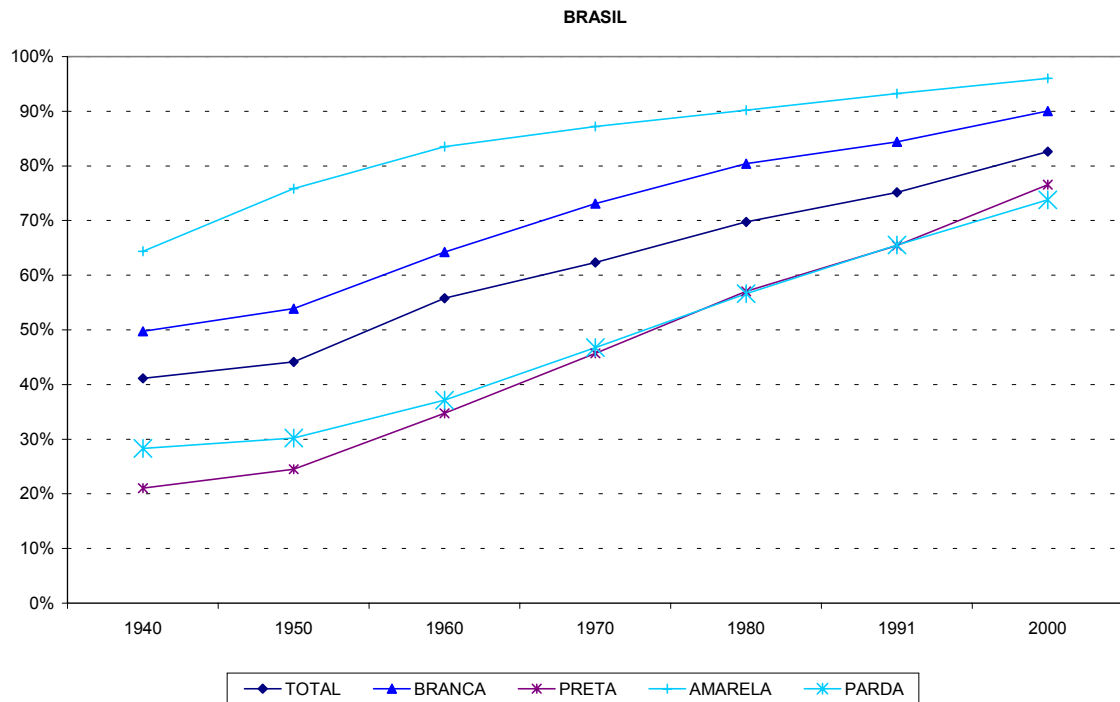
## Gráfico 12



Quando comparamos as taxas de alfabetização para a população masculina desagregada por cor ou raça (ver Gráfico 13), percebemos uma clara hierarquização. Os amarelos apresentam a maior taxa de alfabetização para todos os censos, seguidos dos brancos, ambos acima da média nacional. Abaixo da média nacional e virtualmente coincidentes, estão os pretos e pardos. Com exceção dos amarelos, que por já apresentar altos níveis de alfabetização, conseguem um aumento de somente 25%, durante a segunda metade do século passado, todas as outras categorias apresentam ganhos superiores a 35%.

## Gráfico 13

### TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS - HOMENS - POR RAÇA/COR



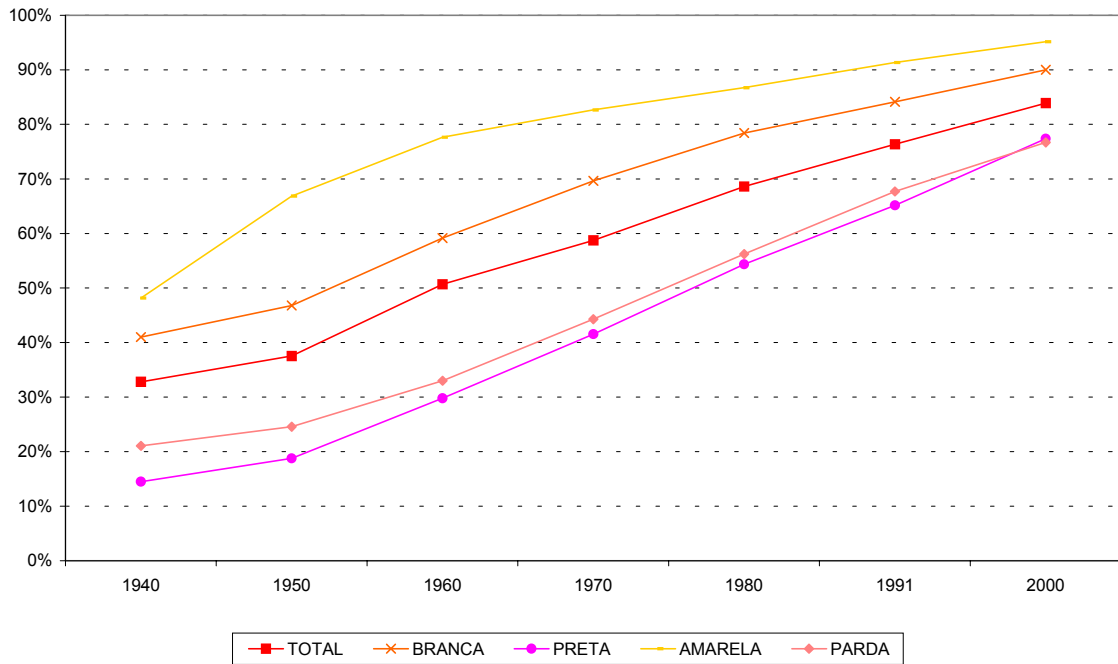
Para as mulheres (ver Gráfico 14), o quadro é bem semelhante ao encontrado para os homens, com a diferença de que os pretos se encontram consistentemente, ainda que por poucos pontos percentuais, abaixo dos pardos. Os ganhos, nos cinquenta anos que antecederam a última virada de século, foram, respectivamente, 43,72%, 43,82%, 30,82% e 45,04%, para as mulheres brancas, pretas, amarelas e pardas.

O Gráfico 15 apresenta a razão de sexo da taxa bruta de alfabetização. Pode-se ver que houve uma certa uniformização das diferenças entre sexos para as diferentes categorias raciais. Em linhas gerais, aquelas com maiores hiatos apresentaram uma maior queda. Em 1940 a maior diferença acontecia entre os indivíduos pretos, com 50% a mais de homens alfabetizados do que mulheres, enquanto a menor diferença acontecia entre os brancos, com apenas 22% a mais de homens alfabetizados. Em 2000, estima-se que os amarelos apresentem a maior diferença, ainda que pequena, a favor dos homens, no valor de 1%. No outro extremo encontramos os indivíduos pardos que apresentam quase 4% a mais de mulheres alfabetizadas do que homens. Nesse mesmo ano, os brancos apresentam, virtualmente, uma igualdade entre os sexos.

**Gráfico 14**

**TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS - MULHERES - POR RAÇA/COR**

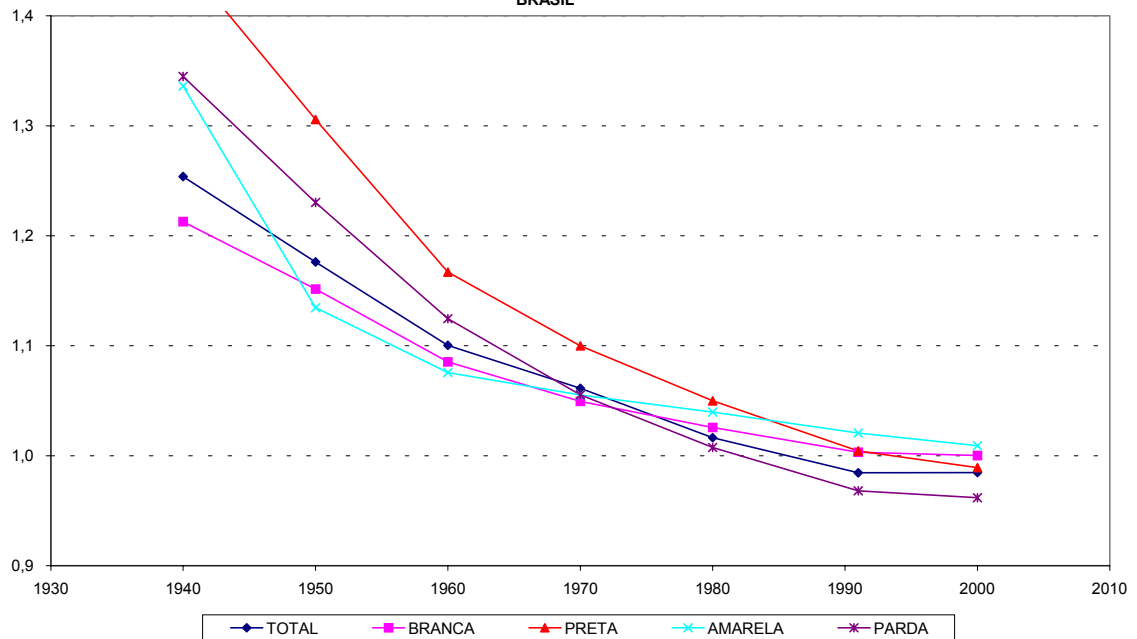
BRASIL



**Gráfico 15**

**RAZÃO DE SEXOS (H/M) DA TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO**

BRASIL



No entanto, trabalhar com a taxa da população de 5 anos e mais, mascara as diferenças existentes entre as diferentes coortes. Para melhor poder apreciar as mudanças ocorridas entre os sexos e entre indivíduos do mesmo sexo, a seção

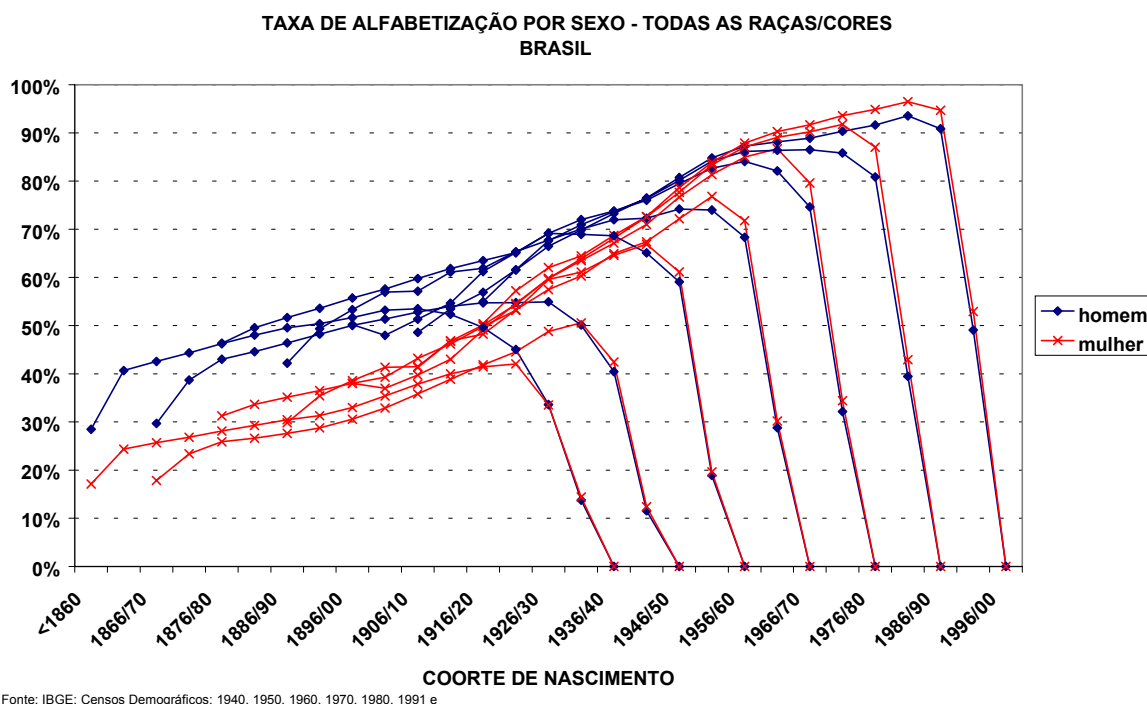
seguinte analisa as informações de alfabetização desagregadas por coorte de nascimentos.

## 5. Alfabetização por sexo e idade – Brasil

### 5.1 Taxas específicas

O Gráfico 16 apresenta as mesmas taxas de alfabetização do Gráfico 8, porém desagregadas por coorte de nascimentos. Note-se o hiato entre os sexos de quase 20% a favor dos homens para as coortes mais velhas e a inversão da situação para as coortes mais novas de quase todos os censos, mais notável nos últimos censos. Para uma análise mais fina, os Gráfico 17 e Gráfico 18 apresentam as mesmas taxas de alfabetização em separado para cada um dos sexos.

Gráfico 16



O Gráfico 17 apresenta as taxas de alfabetização dos homens brasileiros das coortes nascidas entre 1860 e 2000, tal como mensuradas nos censos demográficos realizados entre 1940 e 2000. Nesse gráfico podemos apreciar a evolução das taxas de alfabetização de cada coorte através do tempo. Por exemplo, a coorte nascida entre 1946 e 1950, no censo deste último ano,

apresenta uma taxa de alfabetização nula, o que era de esperar se considerarmos que, em tal censo, essa coorte apresentava idades entre 0 e 5 anos<sup>15</sup>. Por outro lado, no censo de 1960, essa coorte, já com idades compreendidas entre 10 e 15 anos, apresentava uma taxa de alfabetização de 59,6%. Dez anos mais tarde, no censo de 1970, a mesma coorte apresentava uma taxa de alfabetização de 74,0%. Nos censos seguintes, as taxas foram, respectivamente, 80,2, 80,4 e 80,6%. No último censo, realizado em 2000, a coorte tinha idades compreendidas entre 50 e 55 anos. Se o processo de alfabetização tivesse ocorrido somente durante a infância e adolescência, as curvas referentes aos censos deveriam se concatenar, e os valores correspondentes aos censos quando os indivíduos já apresentam mais de 20 anos, deveriam ser constantes. Isto não acontece entre os censos de 1950 e 1960, indicando uma alfabetização tardia ou, alternativamente, uma mortalidade diferenciada entre analfabetos e alfabetizados, ou ainda uma combinação desses dois fatores. A hipótese da mortalidade diferenciada parece menos provável, já que o hiato mensurado é razoavelmente grande. O censo de 1940 apresenta valores um pouco superiores aos de 1950, indicando, possivelmente, um conceito de alfabetização diferente nos dois períodos (lembre-se que a informação é sempre autodeclarada).

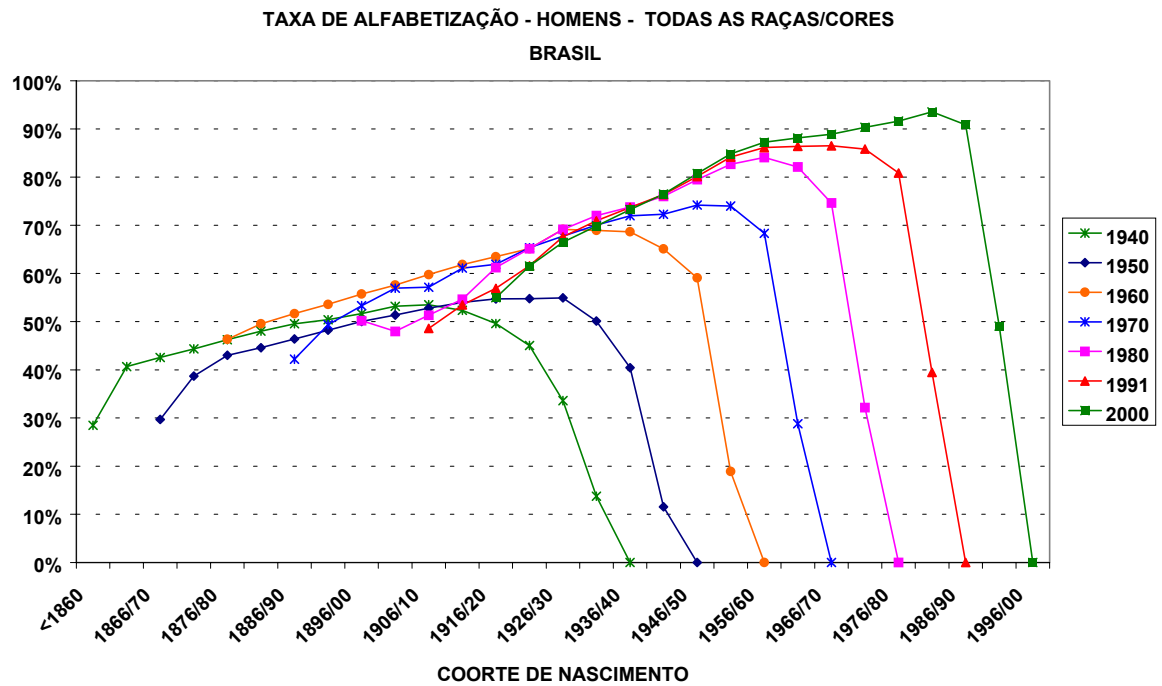
Em linhas gerais, podemos dizer que as coortes brasileiras masculinas mais velhas apresentavam uma taxa de alfabetização em torno de 40%, e pouco a pouco, no decorrer de um século, as coortes mais novas alcançaram taxas acima de 90%. É claro que estes valores não refletem as taxas da população como um todo, já que em cada momento censal ela é composta de várias coortes, cada qual com uma taxa específica de alfabetização. Lembre-se que é possível a existência de duas populações com a mesma taxa específica de alfabetização por idade, embora com taxas globais diferenciadas.

Para as coortes mais velhas de cada censo, podemos notar um cruzamento com as informações de censos anteriores, como se a taxa de alfabetização tivesse diminuído com o tempo. Neste caso aventa-se a possibilidade de que indivíduos que tenham sido realmente alfabetizados, com o tempo e a falta de hábito de leitura possam mais tarde se declarar incapazes “de ler ou escrever um simples bilhete”.

---

<sup>15</sup> Os intervalos etários serão considerados sempre fechados à esquerda (incluindo a idade) e abertos à direita (excluindo a idade).

## Gráfico 17

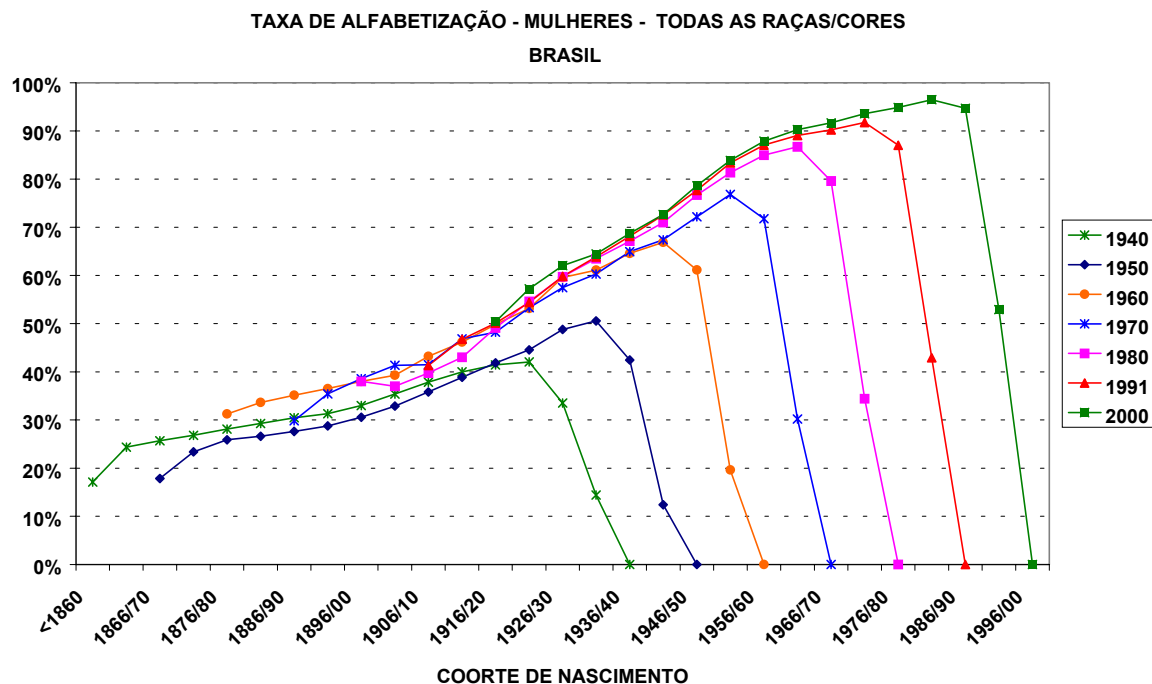


No Gráfico 18, pode-se ver que o comportamento da população feminina é semelhante ao da população masculina, porém ligeiramente mais exacerbado. As coortes mais velhas do primeiro censo apresentam taxas em torno de 30%, e as mais novas, nos censos mais recentes superam o marco de 95%, mostrando que os ganhos da população feminina foram superiores aos da masculina.

Para a população feminina, nota-se o mesmo deslocamento entre os censos de 1950 e 1960, indicando um aumento entre os dois censos de quase 10% na taxa de alfabetização das mulheres com mais de 20 anos de idade bem como a ligeira discrepância entre os dados de 1940 e 1950. Entre a população do sexo feminino, é menos notável a redução das taxas para os grupos extremos, que indica a existência da reversão ao analfabetismo.

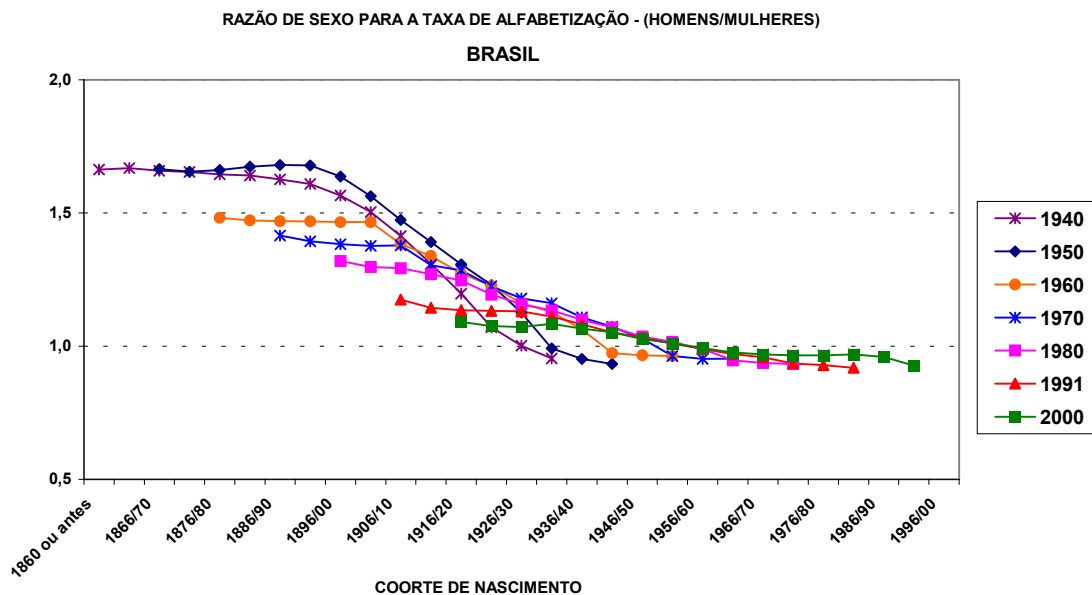


## Gráfico 18



O Gráfico 19 apresenta as razões de sexo das taxas de alfabetização para as diferentes coortes de nascimento nos censos disponíveis. Para as gerações mais velhas, existem cerca de 66% a mais de homens alfabetizados do que mulheres. Nas coortes mais novas, a diferença é de 8% em favor das mulheres. Pode-se notar, aqui, o progresso que as mulheres mais velhas conseguiram com respeito à alfabetização. Se acompanharmos a razão de sexos de uma dada coorte através dos censos, podemos ver uma diminuição sensível da diferença entre os sexos. Por exemplo, para a coorte nascida entre 1896 e 1900, a diferença em 1950 era de 63% em favor dos homens, bem semelhante aos 56% encontrados em 1940. Já em 1960, a diferença tinha diminuído para 46%. Os valores para 70 e 80 foram, respectivamente, 38% e 30%, assegurando no período de 30 anos uma diminuição de 26% na diferença. O que se nota para todos os censos é que as mulheres apresentam taxas mais altas para as primeiras idades. Todavia, com o passar do tempo e o provável abandono da escola, apresentam taxas mais baixas do que as da população masculina, que permanece mais tempo nos bancos escolares. (ver Beltrão, 2002) Lembre-se que, nas idades mais jovens, o ensino formal é o responsável pela quase totalidade da alfabetização.

## Gráfico 19



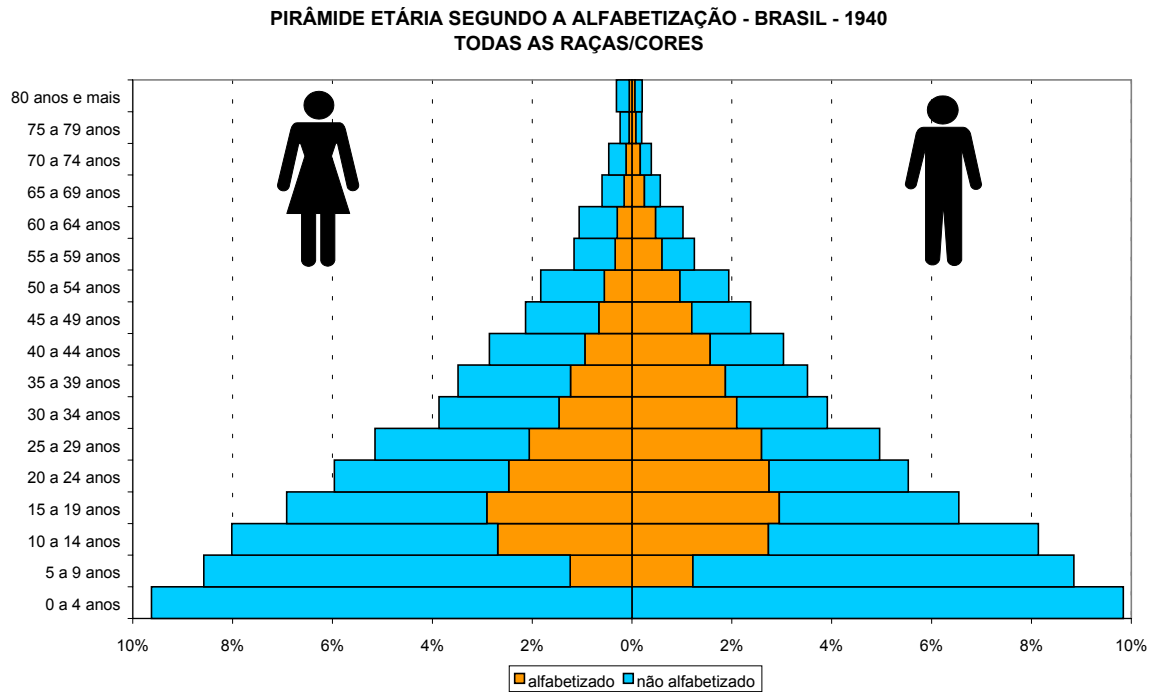
### 5.2 Pirâmides etárias

Os Gráfico 20 a Gráfico 26 apresentam, sob a forma de pirâmides, os contingentes das população alfabetizada e não-alfabetizada divididas por faixas etárias e desagregadas por sexo, de acordo com os censos entre 1940 a 2000. Nota-se um progressivo aumento da população alfabetizada (cerne da pirâmide) em comparação com a população analfabeta (borda da pirâmide). Se compararmos a pirâmide relativa a 1940 com a de 2000, é patente o progresso na proporção de alfabetizados.

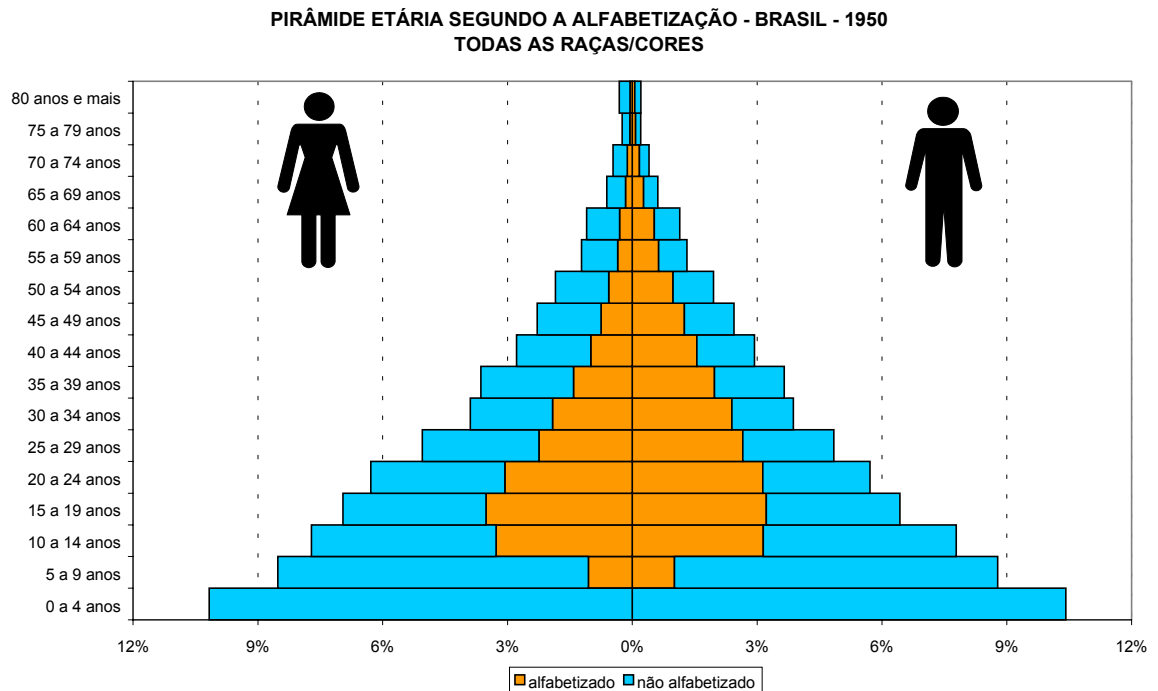
Nas pirâmides referentes aos censos de 1940 e 1950, o contingente de indivíduos alfabetizados de ambos os sexos apresenta um crescimento até a faixa de 15 a 19 anos. A partir dessa faixa, tal contingente vai caindo progressivamente. Na pirâmide que concerne ao ano de 1960, o máximo já é alcançado na faixa etária de 10 a 14 anos. O quadro para cada censo é semelhante, apenas com um nível mais alto de alfabetização com o passar do tempo. De acordo com os dados levantados em 1970, quase duplica (em relação a 1960) a proporção de alfabetizados ainda crianças, isto é, na faixa de 5 a 9 anos. Isto também é verdade para a faixa de 10 a 14 anos. Esse número aumenta em taxas menores a partir da faixa de 15 a 19 anos. A partir daí o aumento apresentado pelos diferentes grupos etários vai diminuindo progressivamente. Em 1980, o retrato da alfabetização no Brasil muda ligeiramente. Diferentemente do que se observa nos censos de 1960 e 1970, a proporção máxima de alfabetizados passa para a faixa seguinte, de 15 a 19 anos, como observado nos censos de 1940 e 1950. Em 1991, há um aumento significativo de alfabetizados, e o máximo volta a acontecer no grupo etário de 10 a 14 anos. Em 2000, como em 1980,

o máximo volta a acontecer na faixa de 15 a 19 anos. Note-se que, paralelamente ao que se observa para as taxas de alfabetização, nos grupos etários mais velhos há sempre proporcionalmente mais homens alfabetizados, enquanto nos mais jovens, é das mulheres, a primazia.

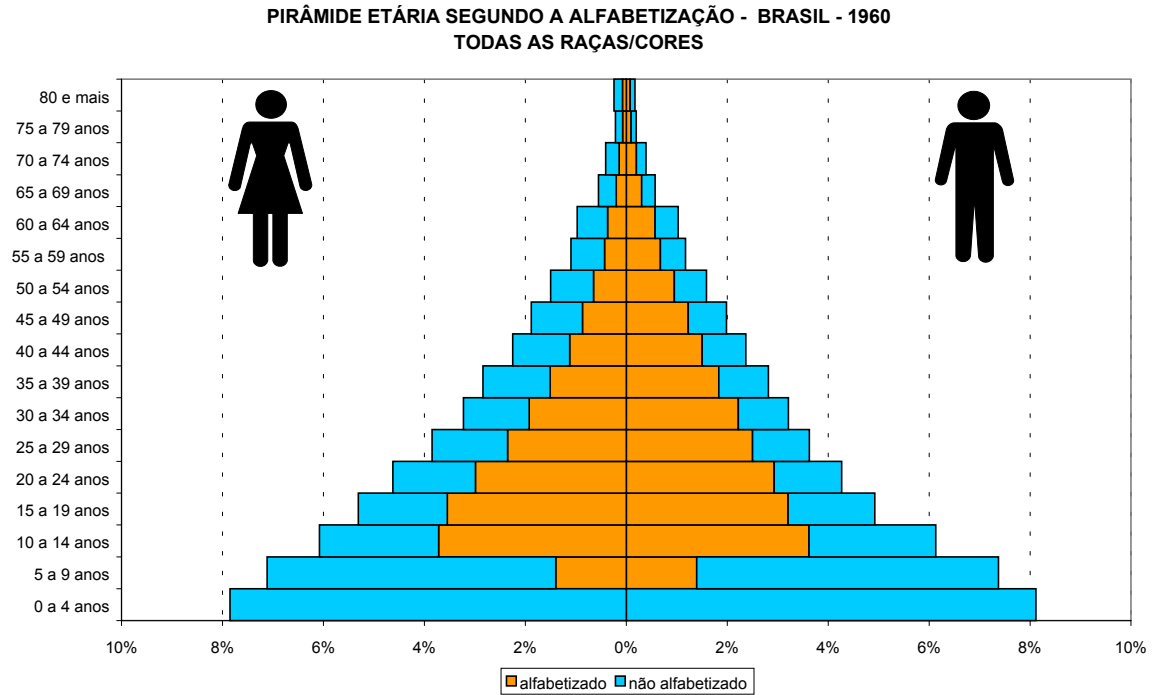
**Gráfico 20**



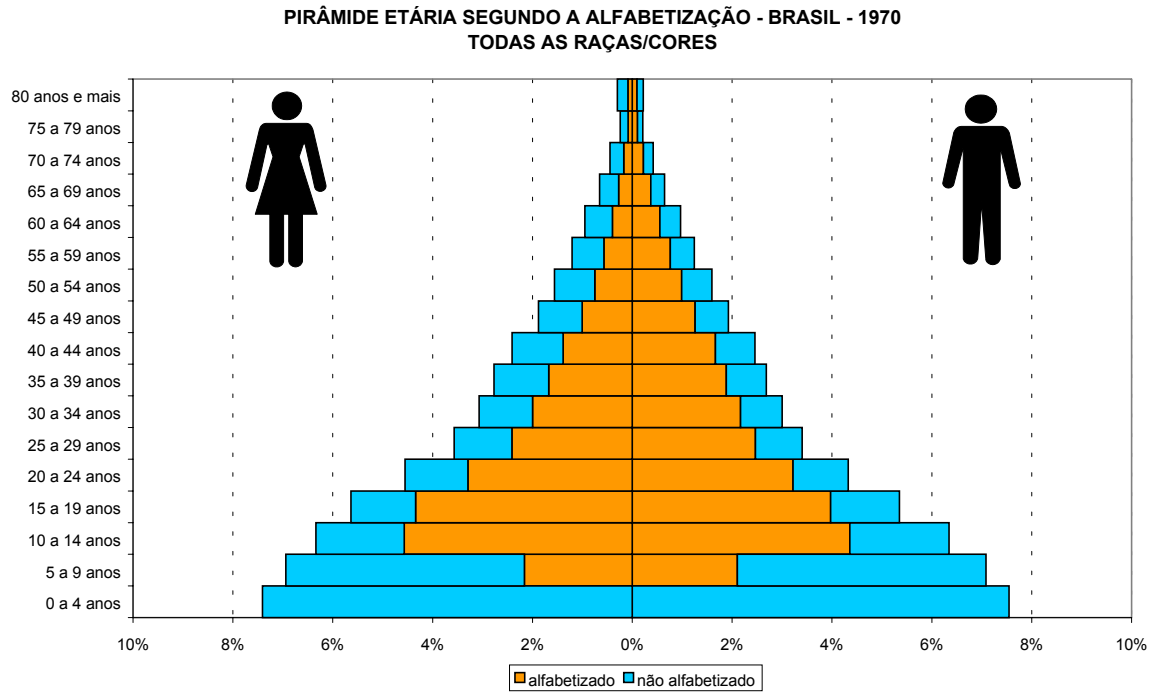
**Gráfico 21**



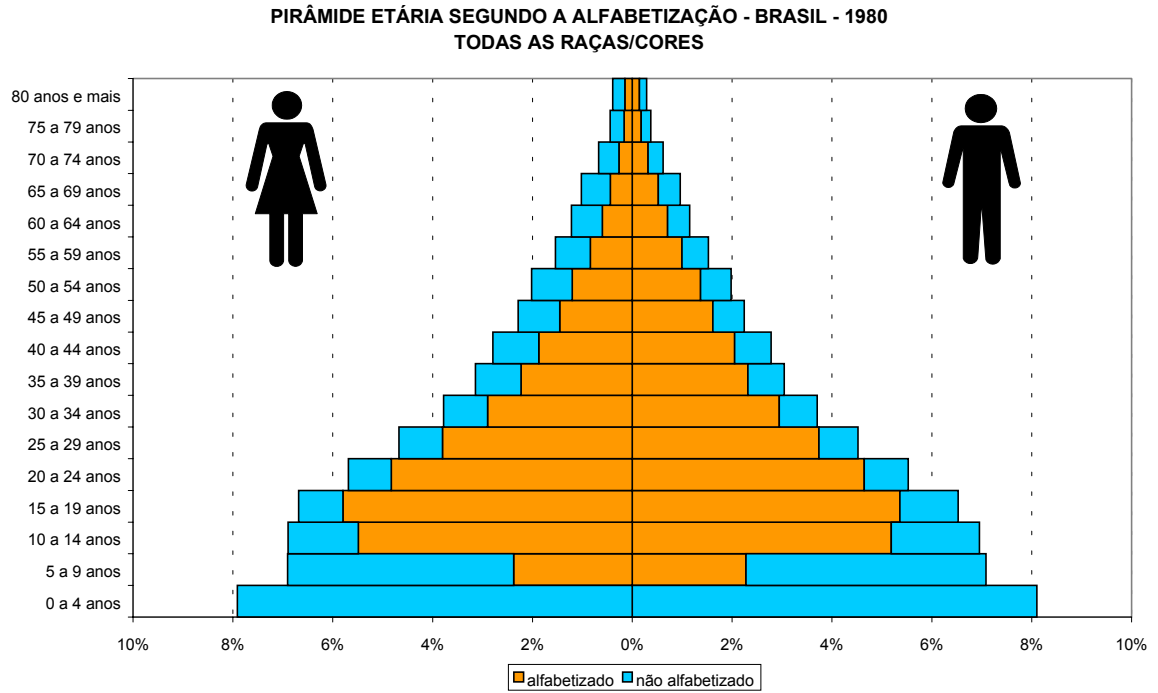
## Gráfico 22



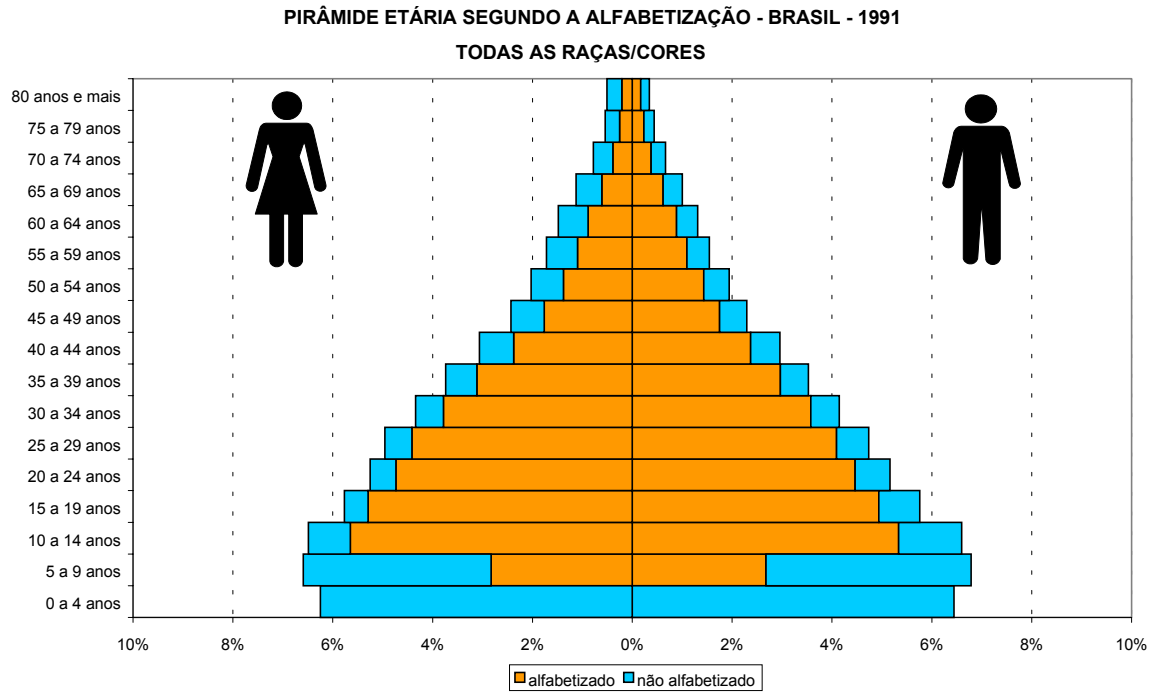
## Gráfico 23



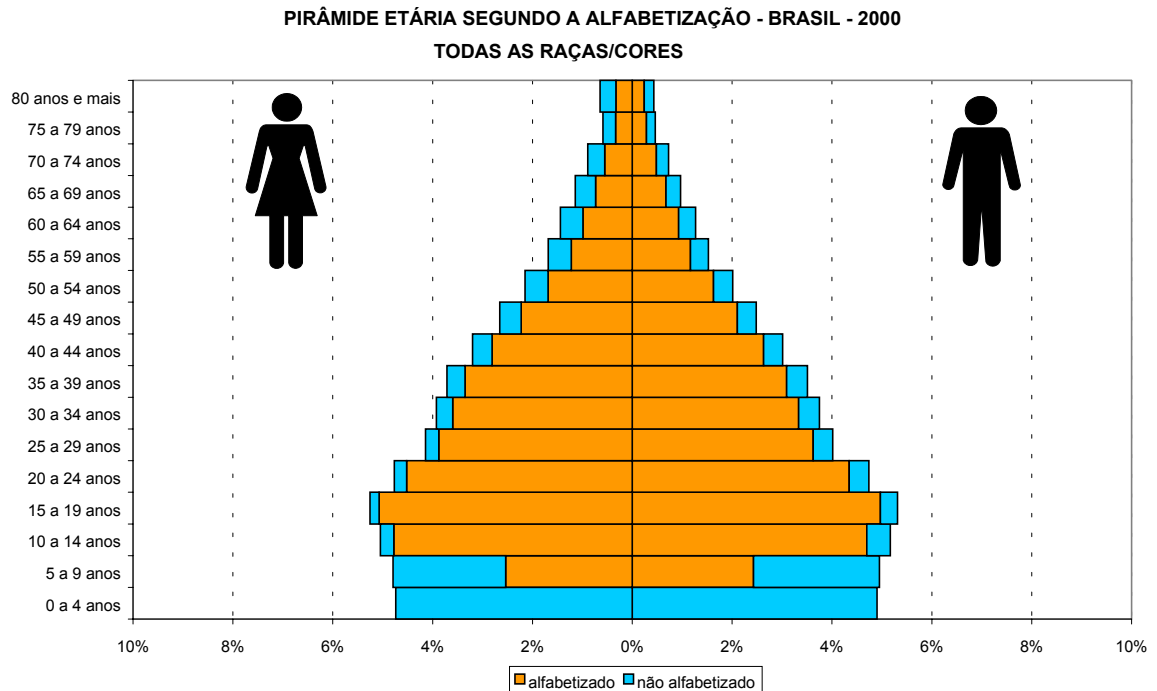
**Gráfico 24**



**Gráfico 25**



## Gráfico 26

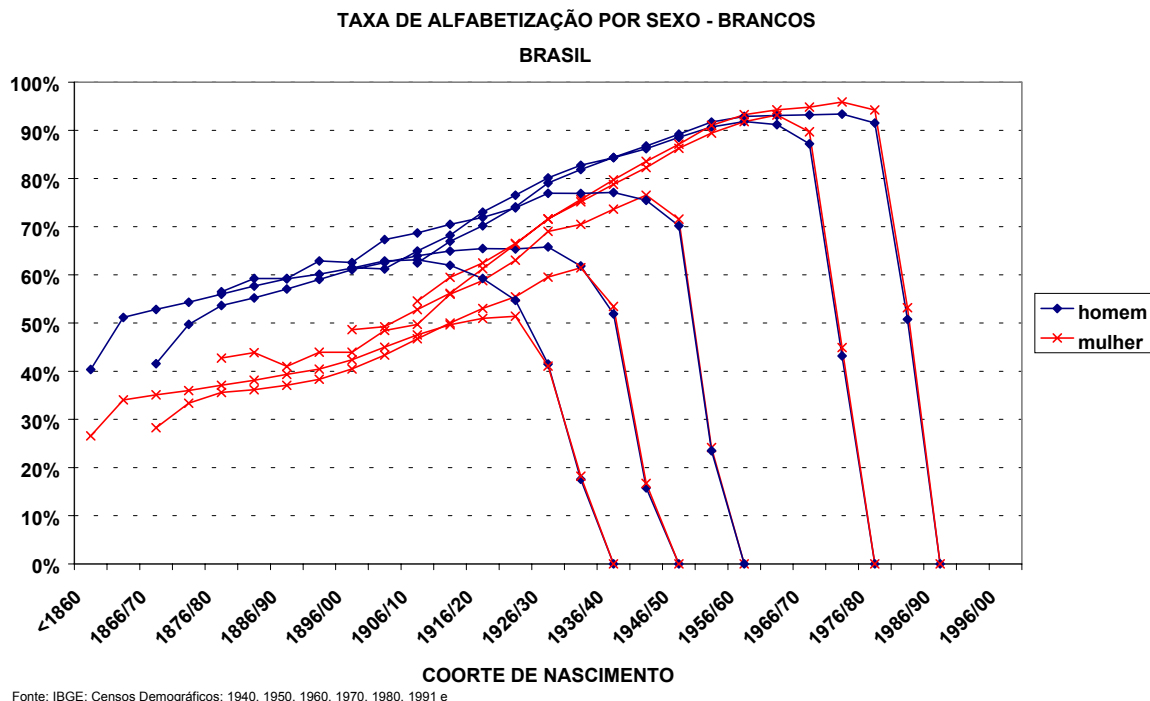


## 6. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Brancos

### 6. 1 Taxas específicas

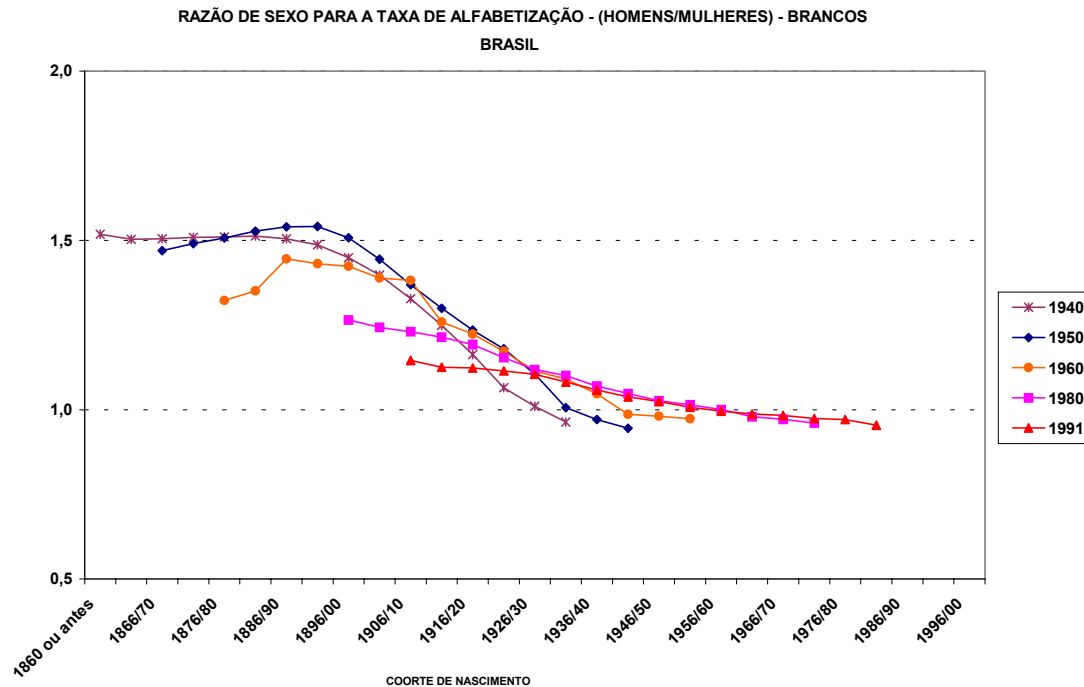
O Gráfico 27 apresenta as taxas de alfabetização de mulheres e homens brancos das coortes nascidas entre 1860 e 2000, de acordo com os dados dos censos demográficos realizados entre 1940 e 2000. Nesse gráfico, pode ser vista a evolução, no tempo, de cada coorte. A exemplo do que se observa para a população como um todo (comparar com Gráfico 16) é bem claro o hiato de gênero a favor dos homens nas coortes mais velhas dos primeiros censos, bem como a reversão a favor das mulheres nas coortes mais jovens dos censos mais recentes.

## Gráfico 27



No Gráfico 28, é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização de mulheres e homens brancos. O hiato de gênero é confirmado. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização 50% mais altas do que as das mulheres. Para as coortes mais jovens, existe uma inversão no sinal do hiato, mas a vantagem feminina é mais modesta, alcançando um valor em torno de 8%. A população branca também apresenta o mesmo padrão encontrado para o Brasil como um todo: mulheres se alfabetizam mais cedo, embora interrompam a frequência à escola mais cedo do que os homens (novamente assumindo-se que nas primeiras idades é na escola, através do ensino formal, que ocorre a alfabetização).

## Gráfico 28

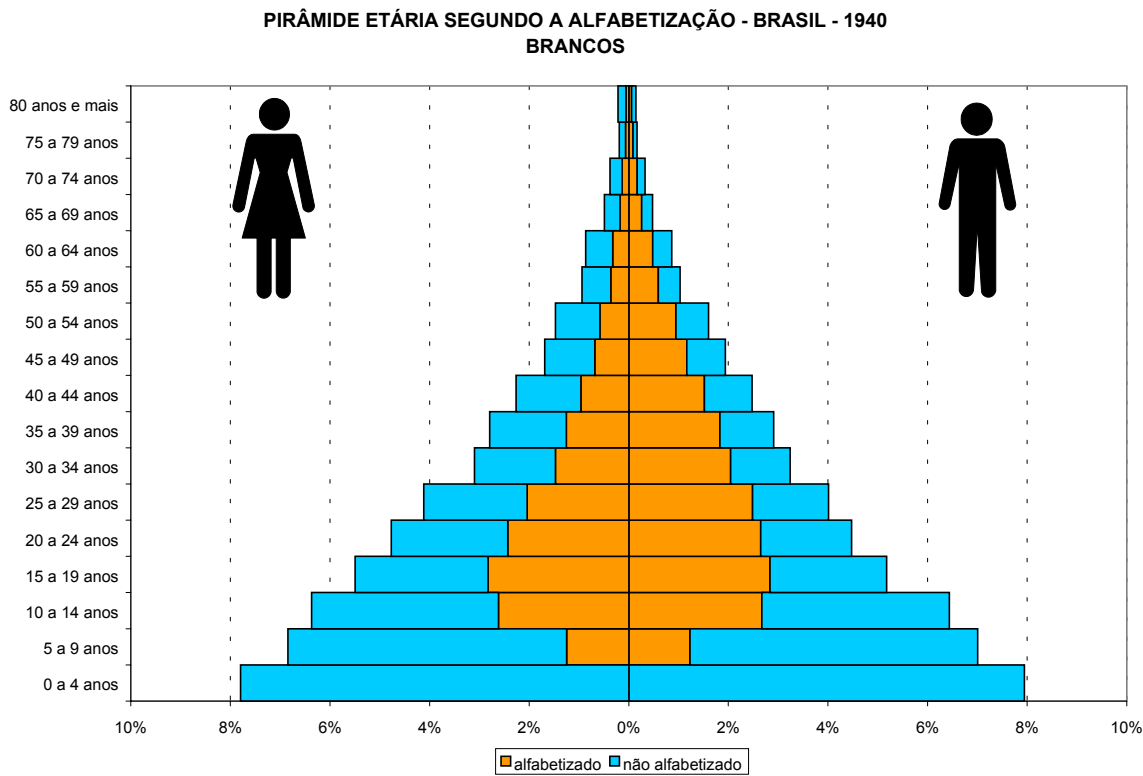


### 6.2 Pirâmides etárias

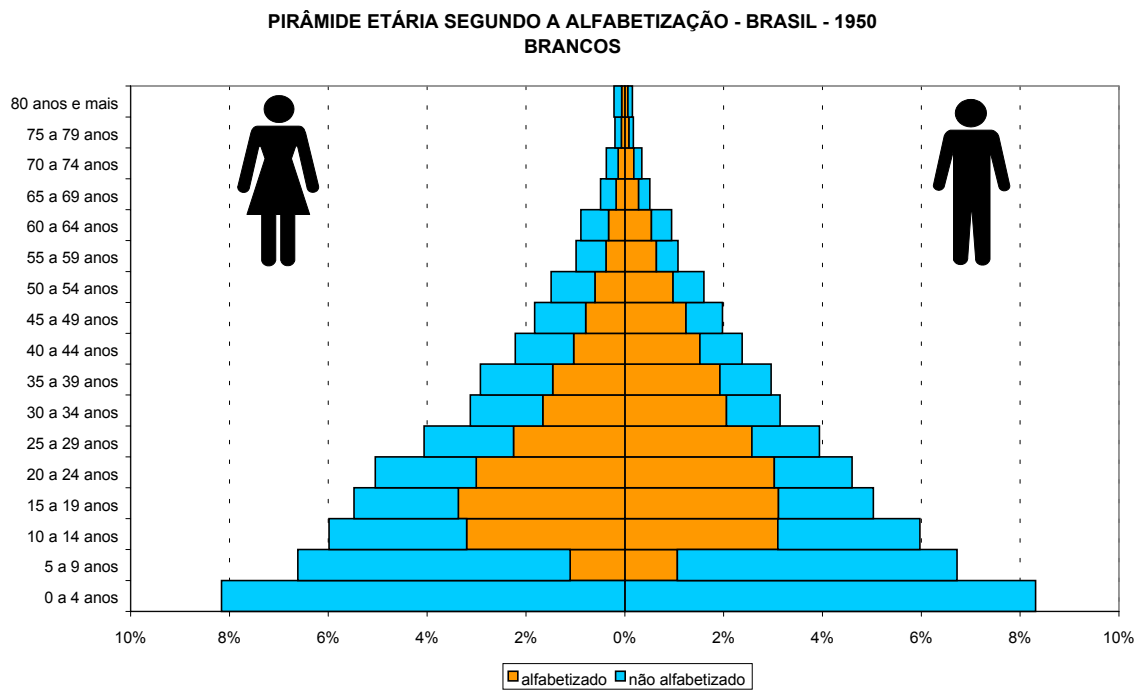
Os Gráfico 29 a Gráfico 33 mostram a condição de alfabetização de mulheres e homens brancos classificados por grupo quinquenal de idade nos anos censitários de 1940, 1950, 1960, 1980 e 1991 respectivamente. Pode-se ver no Gráfico 29 que nas idades mais avançadas, prevalece o número de analfabetos sobre os alfabetizados, notando-se um número maior de mulheres não-alfabetizadas do que de homens na mesma situação. Em relação aos alfabetizados, há uma diferença bastante significativa em favor dos homens até a faixa de 40 a 44 anos. Essa diferença começa a diminuir fortemente na faixa de 25 a 29 anos, até que na faixa de 15 a 20 anos o contingente feminino chega a ser maior do que o masculino. A taxa cai um pouco para ambos os sexos na faixa de 10 a 15 anos. O Gráfico 32 e o Gráfico 33 mostram que, em 1980 e 1991, o número de alfabetizados de ambos os sexos sofreu um aumento notável. Semelhantemente ao que acontece para a população como um todo, existem proporcionalmente mais homens alfabetizados nos grupos etários mais velhos e menos nos grupos etários mais jovens *vis-à-vis* às mulheres.



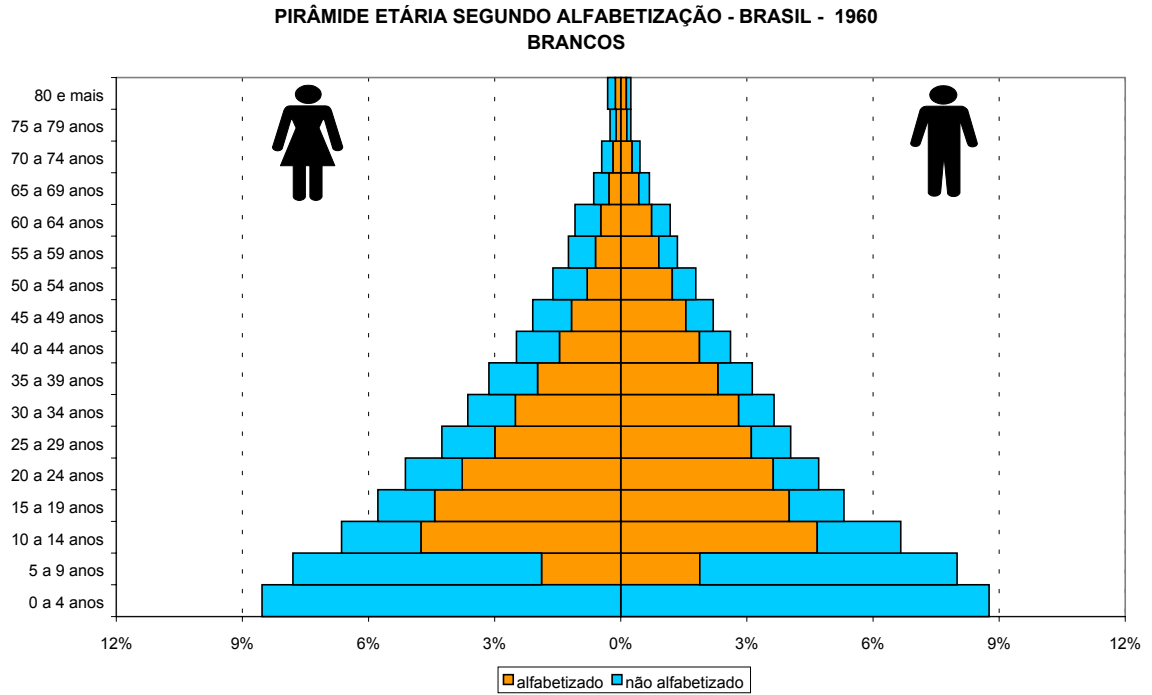
**Gráfico 29**



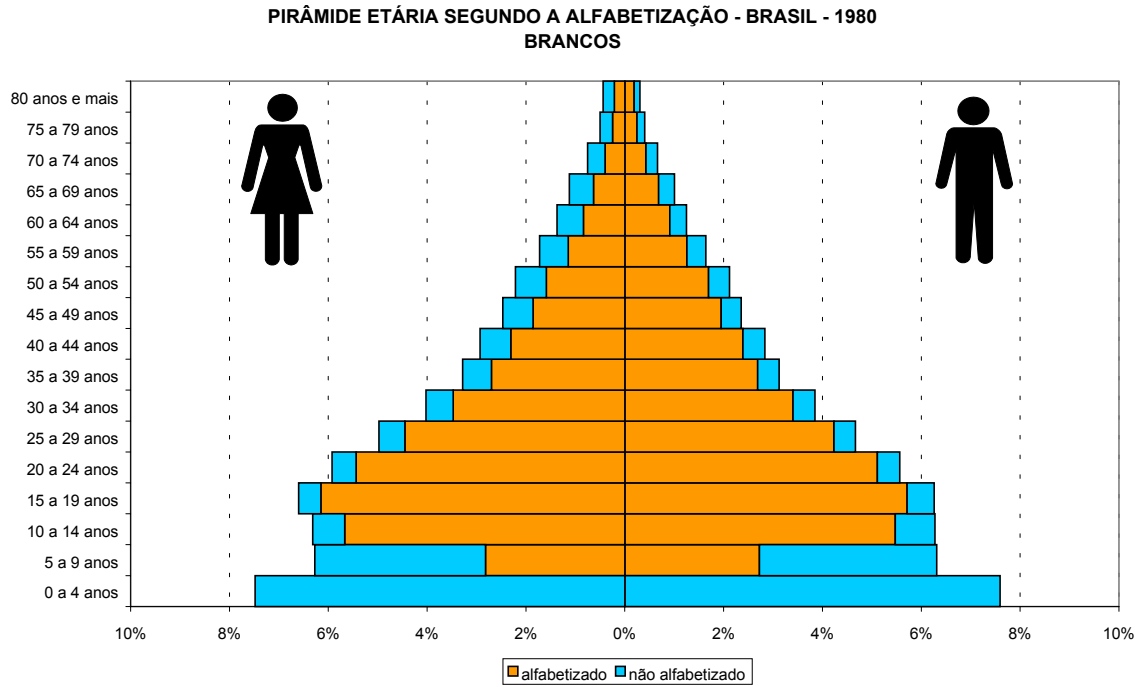
**Gráfico 30**



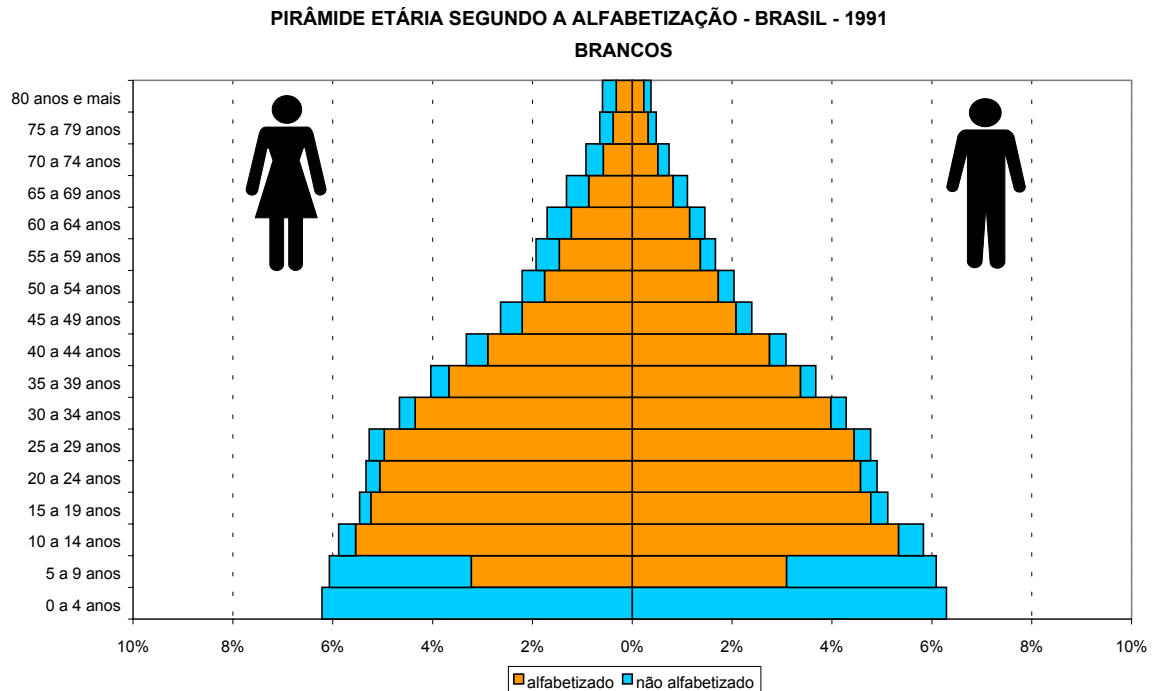
**Gráfico 31**



**Gráfico 32**



## Gráfico 33

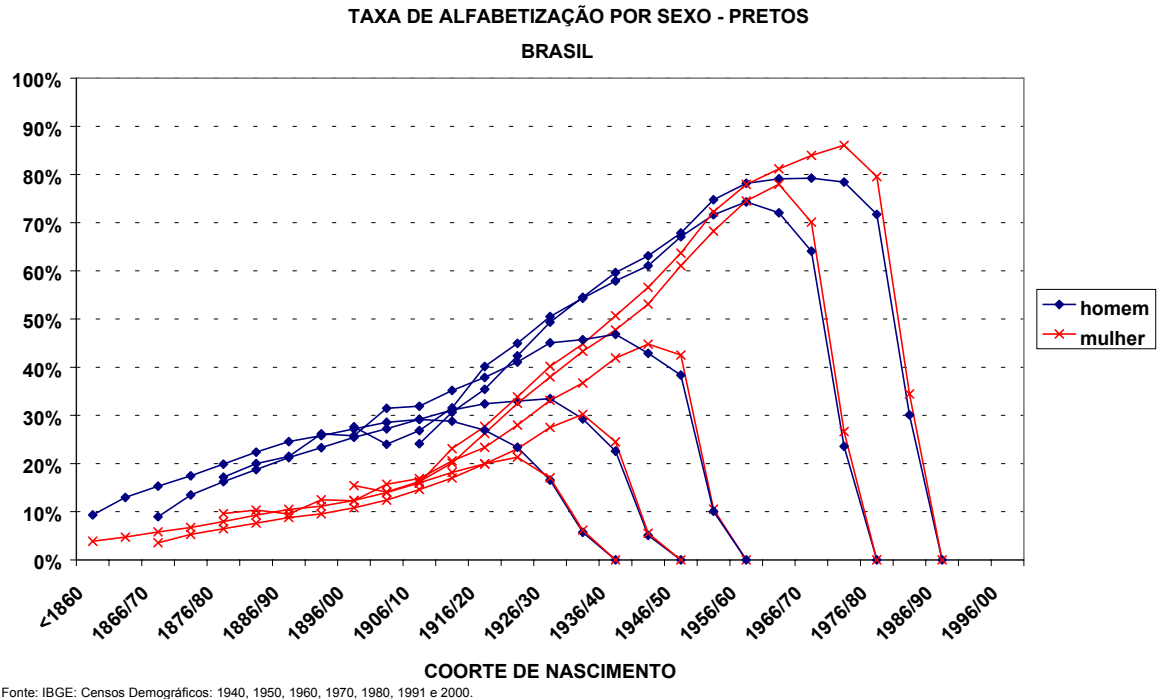


## 7. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Pretos

### 7. 1 Taxas específicas

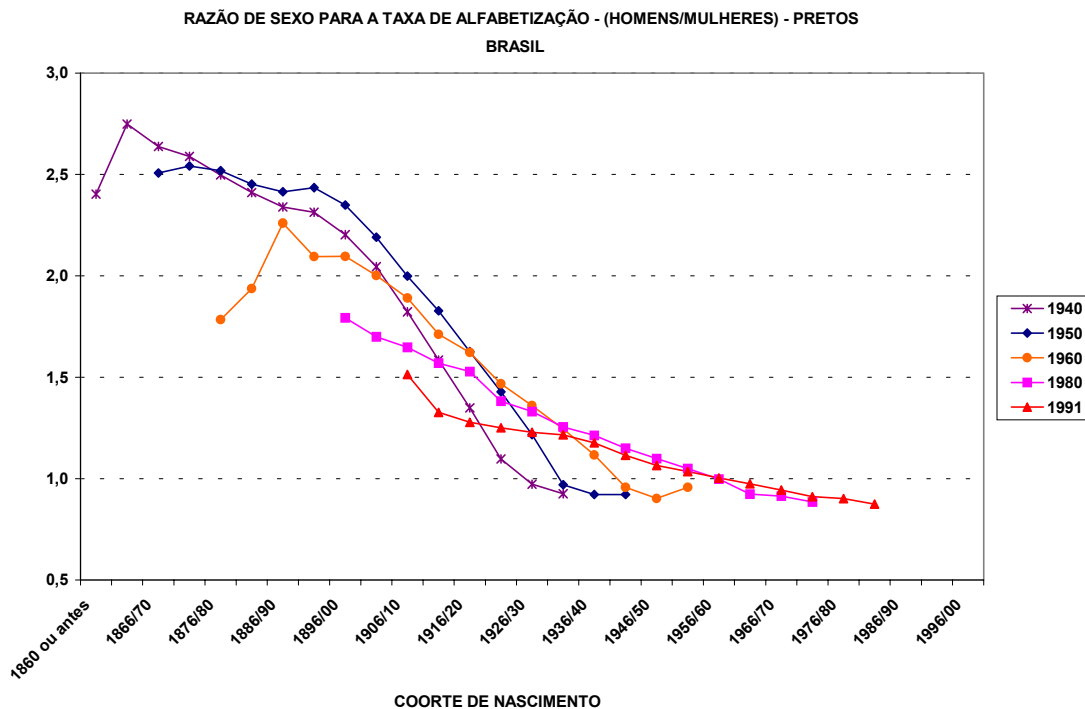
O Gráfico 34 apresenta as taxas de alfabetização de mulheres e homens pretos das coortes nascidas entre 1860 e 2000 de acordo com os dados dos censos demográficos realizados entre 1940 e 2000. Nesse gráfico, pode ser vista a evolução, no tempo, de cada coorte. A população preta foi a que apresentou o maior progresso no período de estudo. Para as coortes mais velhas os valores das taxas de alfabetização são inferiores a 10%, enquanto para 1991 o grupo etário de 15 a 20 anos já alcança valores de quase 90%. Assim como o que se observa para a população como um todo (comparar com Gráfico 16) é bem claro o hiato de gênero a favor dos homens nas coortes mais velhas dos primeiros censos, do mesmo modo que a reversão a favor das mulheres nas coortes mais jovens dos censos mais recentes. A diferença nos grupos etários mais jovens a favor das mulheres é maior para os pretos do que para a população como um todo.

## Gráfico 34



No Gráfico 35 é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização de mulheres e homens pretos. Mais uma vez o hiato de gênero é confirmado, porém com um intervalo de variação bem mais dilatado. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização com valores duas vezes e meia maiores do que os das mulheres correspondentes. Para as coortes mais jovens, existe a mesma inversão no sinal do hiato observada para a população como um todo, e a vantagem feminina é maior do que a encontrada para a população branca, um valor em torno de 14%. Entre os indivíduos pretos, a posição mais favorável da mulher nos primeiros grupos etários de cada censo alcança um maior intervalo do que entre os brancos.

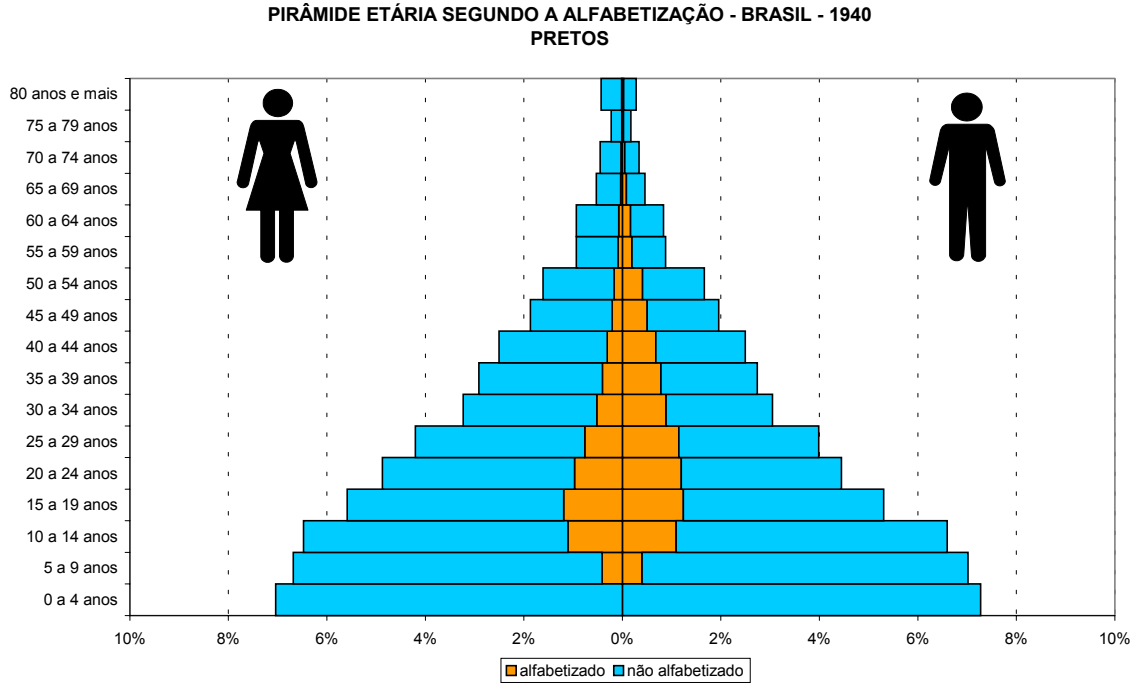
## Gráfico 35



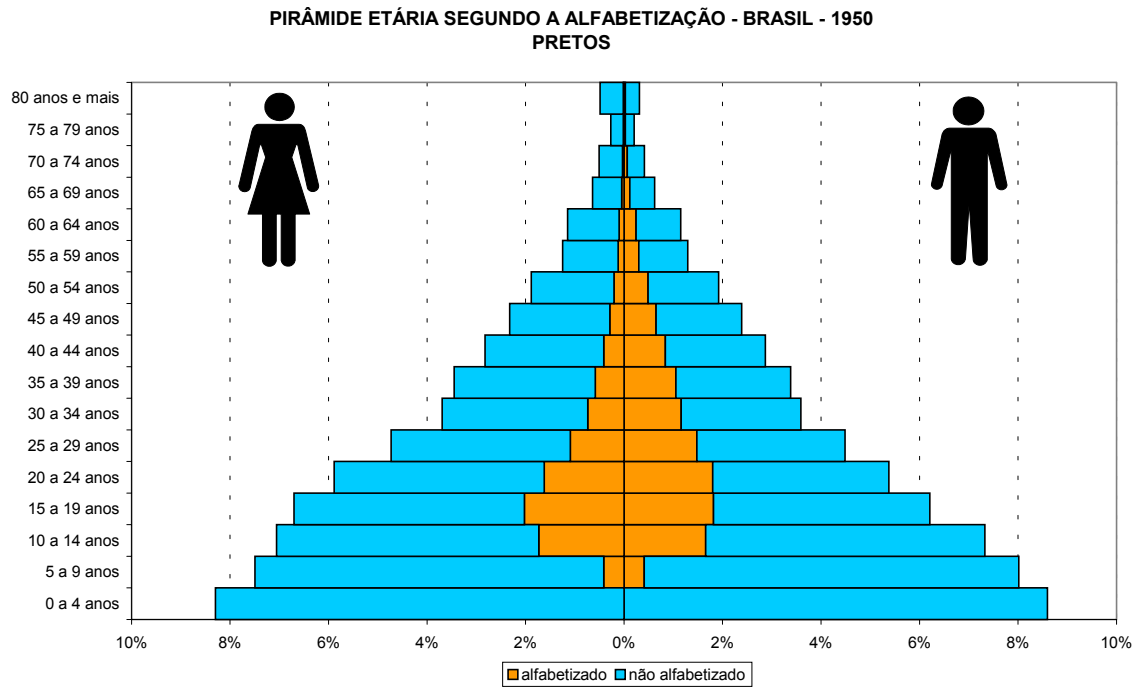
### 7.2 Pirâmides etárias

Os Gráfico 36 a Gráfico 40 mostram a condição de alfabetização de mulheres e homens pretos classificados por grupo etário, respectivamente nos anos de 1940, 1950, 1960, 1980 e 1991. No ano de 1950, o número de não-alfabetizados é muito maior do que o de alfabetizados para ambos os sexos e para todas as faixas etárias, sendo que o número de mulheres alfabetizadas é quase nulo nas idades acima de 65 anos. O número de alfabetizados é maior nas faixas etárias mais jovens (de 10 a 25 anos) para ambos os sexos mas numa proporção maior para as mulheres. Similarmente ao que acontece para o Brasil como um todo e para a população branca, a proporção de homens alfabetizados é maior do que a de mulheres nos grupos etários mais velhos. A partir de 1980, o quadro de desigualdade do número de alfabetizados pretos em relação aos brancos sofre uma mudança muito grande. Apesar de o número de analfabetos pretos continuar a ser relativamente maior do que o número de analfabetos brancos, os primeiros passaram a ter um contingente de alfabetizados maior do que o de não-alfabetizados: as taxas de alfabetização são superiores a 50% para todas as idades abaixo de 50 anos. Em 1980, tal como em 1950, o maior número de alfabetizados para ambos os sexos se concentra na faixa de 15 a 20 anos.

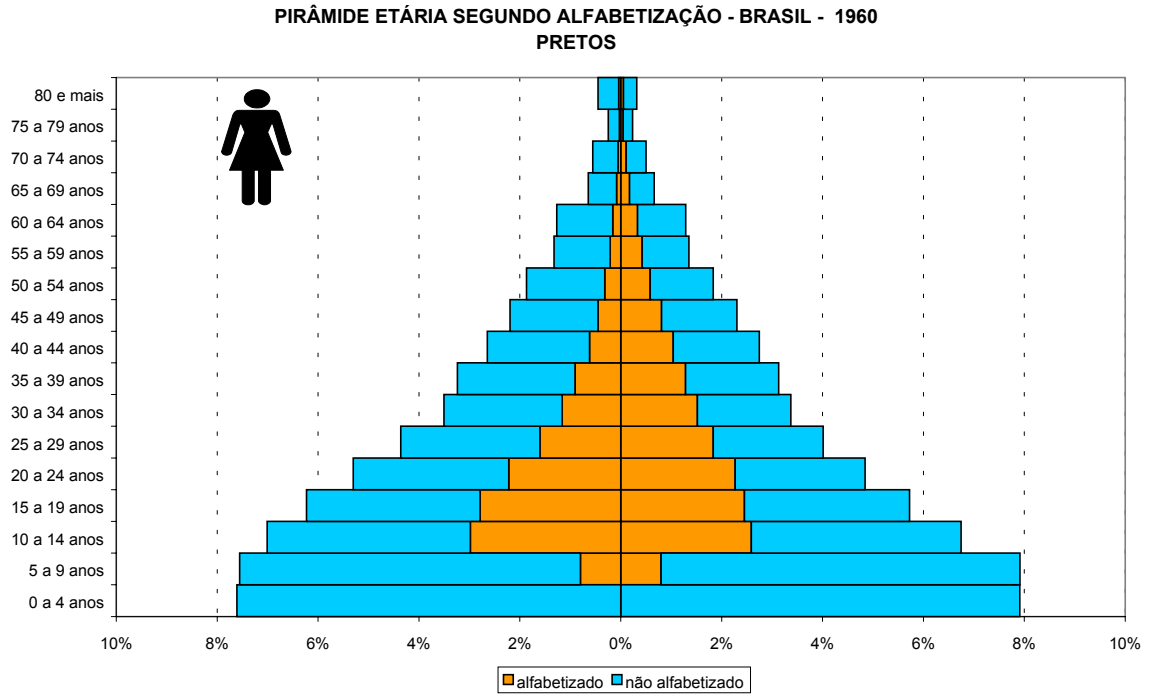
**Gráfico 36**



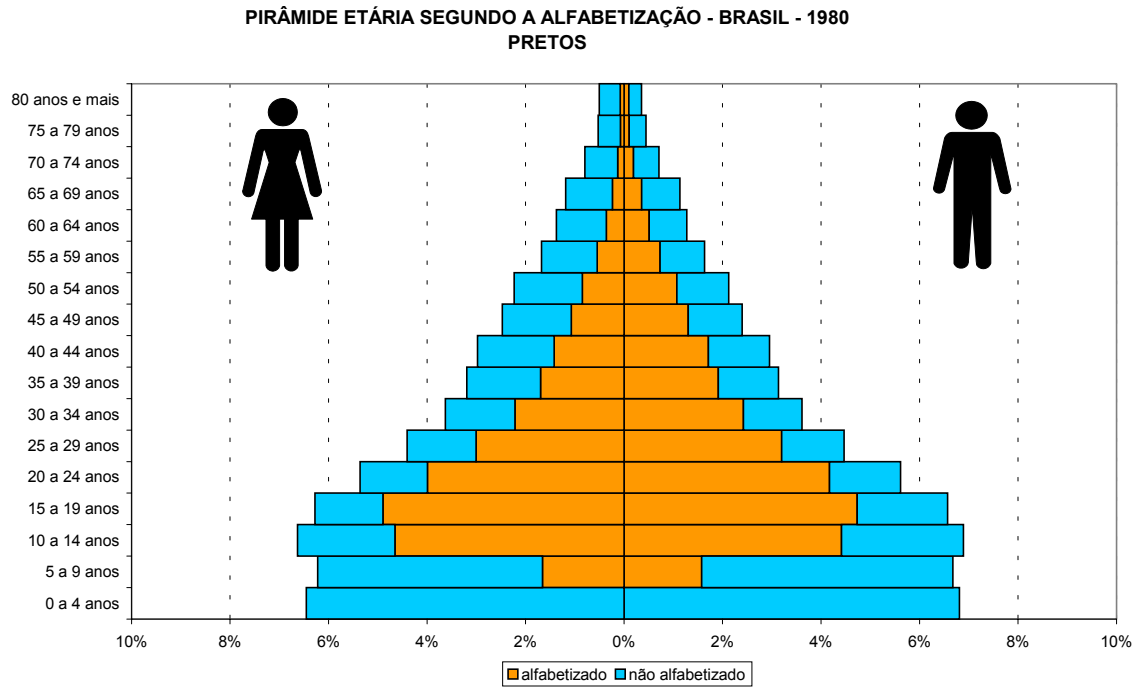
**Gráfico 37**



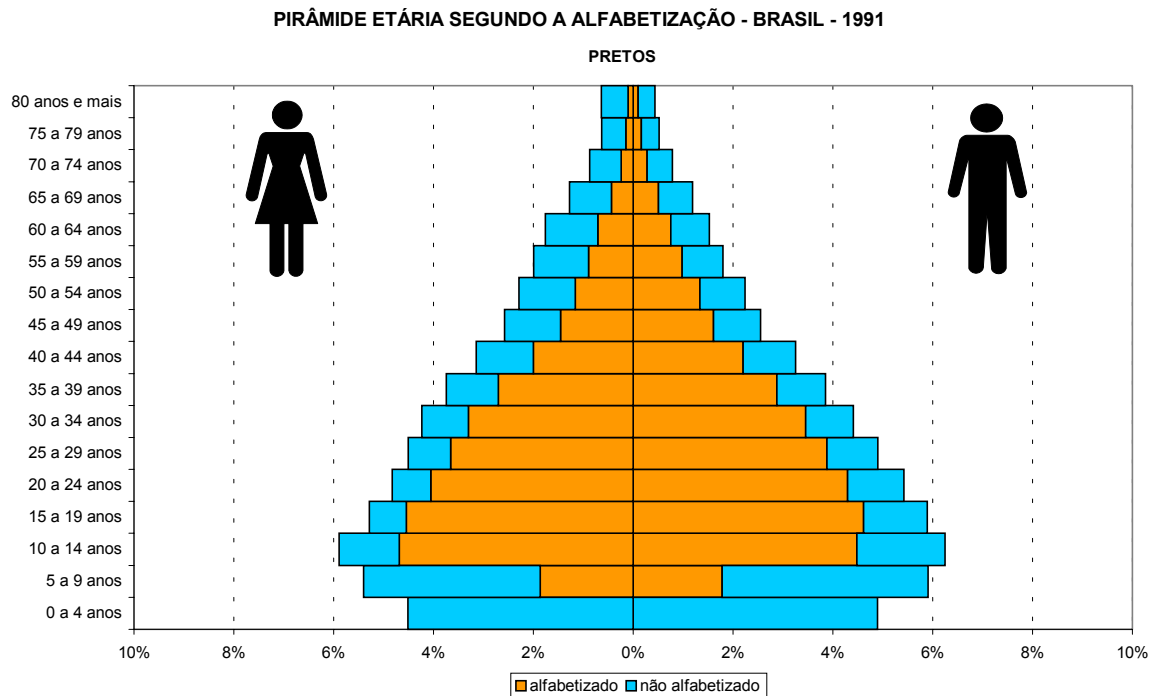
## Gráfico 38



## Gráfico 39



## Gráfico 40



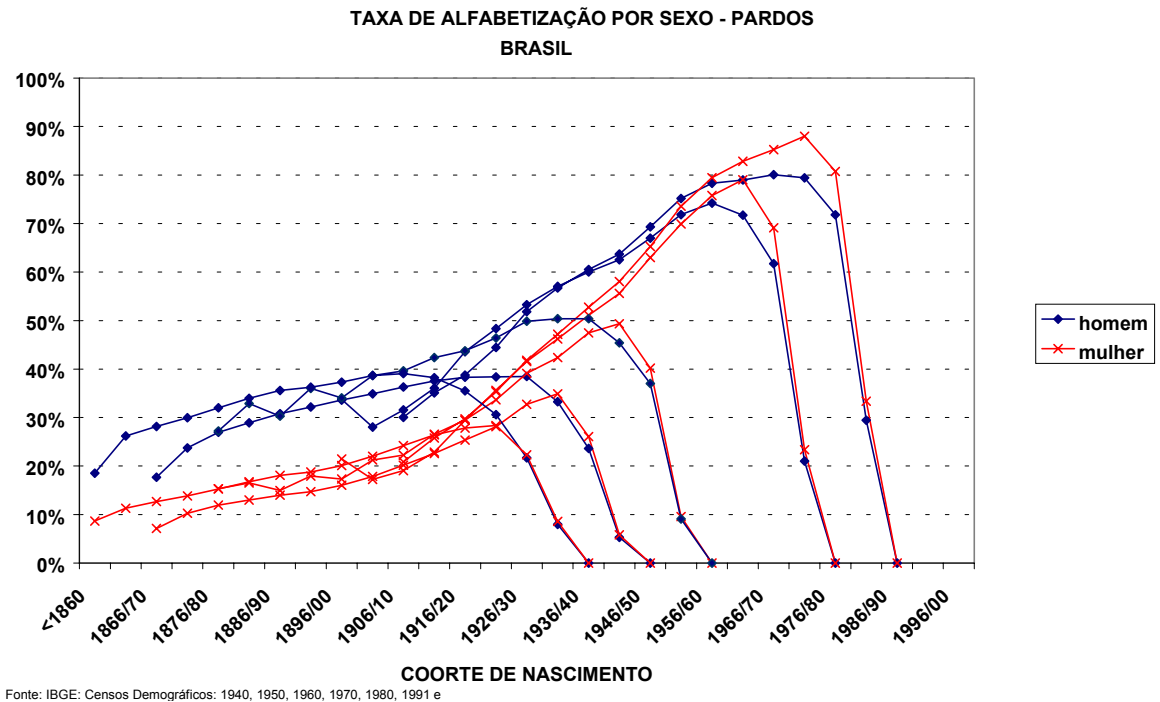
## 8. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Pardos

### 8. 1 Taxas específicas

Como já comentado anteriormente, a população parda apresenta um comportamento bem parecido ao da população preta. O Gráfico 41, com dados do mesmo tipo dos que já foram apresentados para o país como um todo e para as populações branca e preta, apresenta as taxas de alfabetização de mulheres e homens pardos. Aqui também se pode observar a evolução, no tempo, das taxas de cada coorte e o hiato de gênero a favor dos homens nas coortes mais velhas dos primeiros censos bem como a reversão a favor das mulheres nas coortes mais jovens dos censos mais recentes. As diferenças entre os indivíduos pardos e os pretos são maiores para os homens do que para as mulheres.

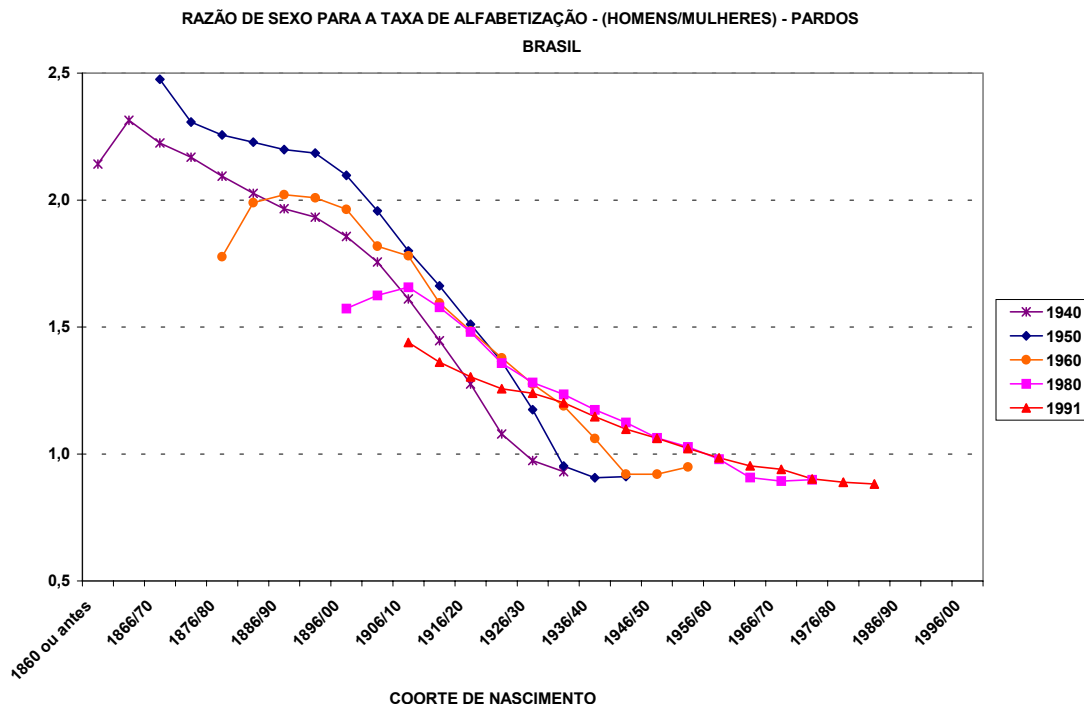


## Gráfico 41



No Gráfico 42, é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização de mulheres e homens pardos. Mais uma vez, o hiato de gênero é confirmado, aqui com um intervalo de variação menos expressivo do que para a população preta. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização com valores quase duas vezes e meia maiores do que os das mulheres correspondentes. Para as coortes mais jovens, existe também a mesma inversão no sinal do hiato observada tanto para a população como um todo quanto para as populações branca e preta, embora a vantagem feminina seja menor do que a encontrada para esta última, um valor em torno de 11%. Note-se que em relação aos indivíduos pardos, a diminuição do hiato de gênero para os grupos etários mais velhos já é notável no censo de 1950, enquanto para os brancos ou pretos as curvas correspondentes apresentam um platô, indicando uma permanência das diferenças.

## Gráfico 42

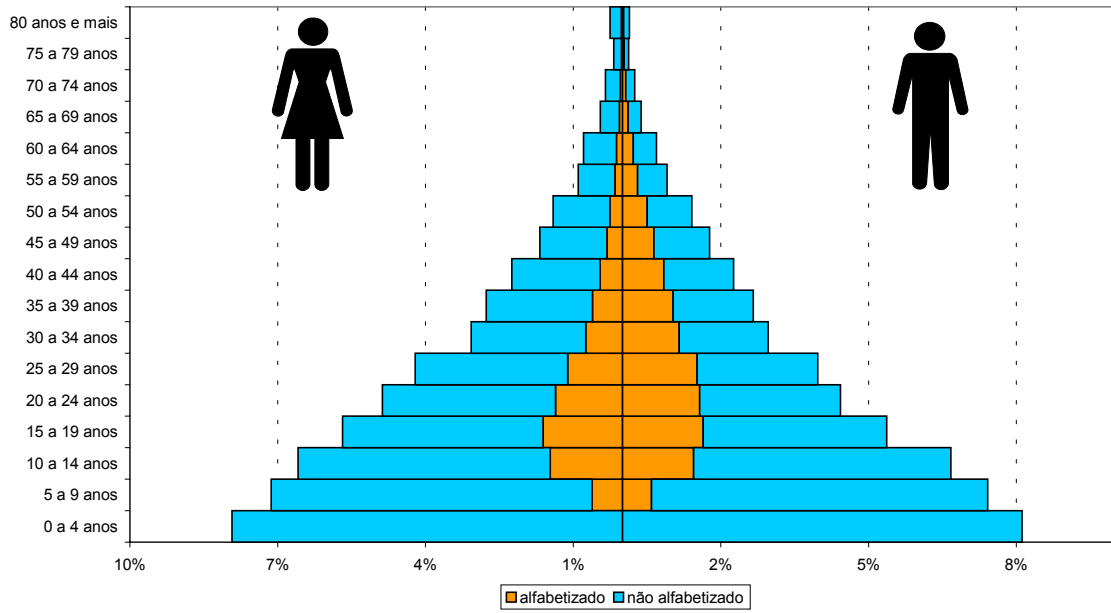


### 8.2 Pirâmides etárias

O Gráfico 43 a Gráfico 47 apresentam a situação da alfabetização de mulheres e homens pardos por grupo etário quinquenal, respectivamente nos anos de 1940, 1950, 1960, 1980 e 1991. De acordo com o censo de 1950, a proporção de pardos não-alfabetizados é extremamente alta, apresentando valores acima dos encontrados para a população branca e com valores semelhantes aos dos pretos. A faixa etária com uma concentração relativamente maior de alfabetizados é a de 15 a 20 anos. O número de mulheres alfabetizadas é quase nulo para as faixas etárias mais altas. Esse número, porém, aumenta progressivamente para as faixas etárias mais jovens. Em 1980, a proporção de mulheres e homens pardos alfabetizados é significativamente maior em todas as faixas etárias em comparação aos censos anteriores. Houve um aumento do número de alfabetizados na faixa entre 5 e 10 anos, indicando uma participação maior da criança parda na escola do que aquela mostrada nos censos de 1940 a 1960. Para tal população, nota-se também uma diferença do número proporcional de alfabetizados para homens e mulheres. O padrão apresentado é similar ao observado nas outras categorias já estudadas e para o país como um todo. No que diz respeito às idades acima de 35 anos, o número de mulheres analfabetas é maior do que o de homens. Na faixa de 30 a 35 anos, as cifras são bem parecidas. Já para as faixas abaixo de 30 anos, o número de homens analfabetos é maior do que o das mulheres.

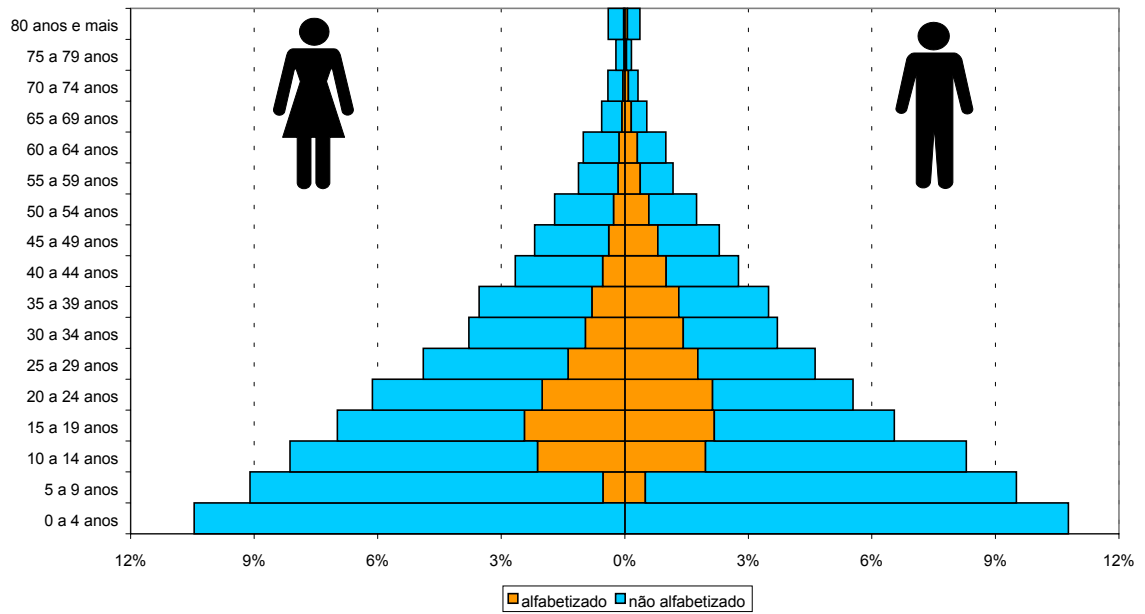
**Gráfico 43**

**PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO - BRASIL - 1940  
PARDOS**



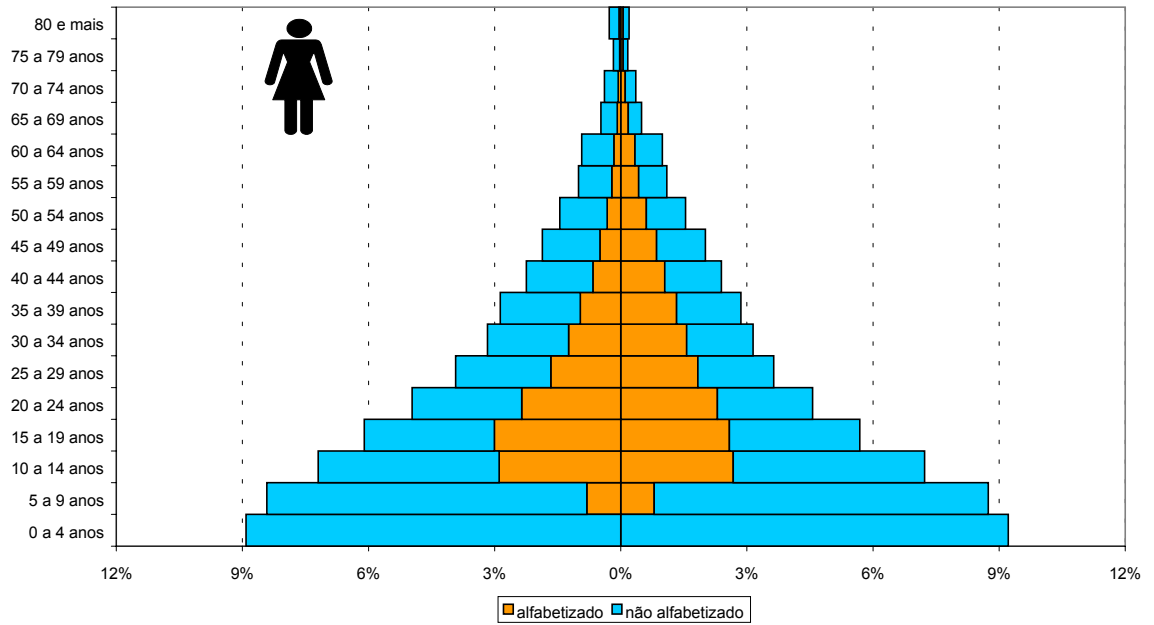
**Gráfico 44**

**PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO - BRASIL - 1950  
PARDOS**



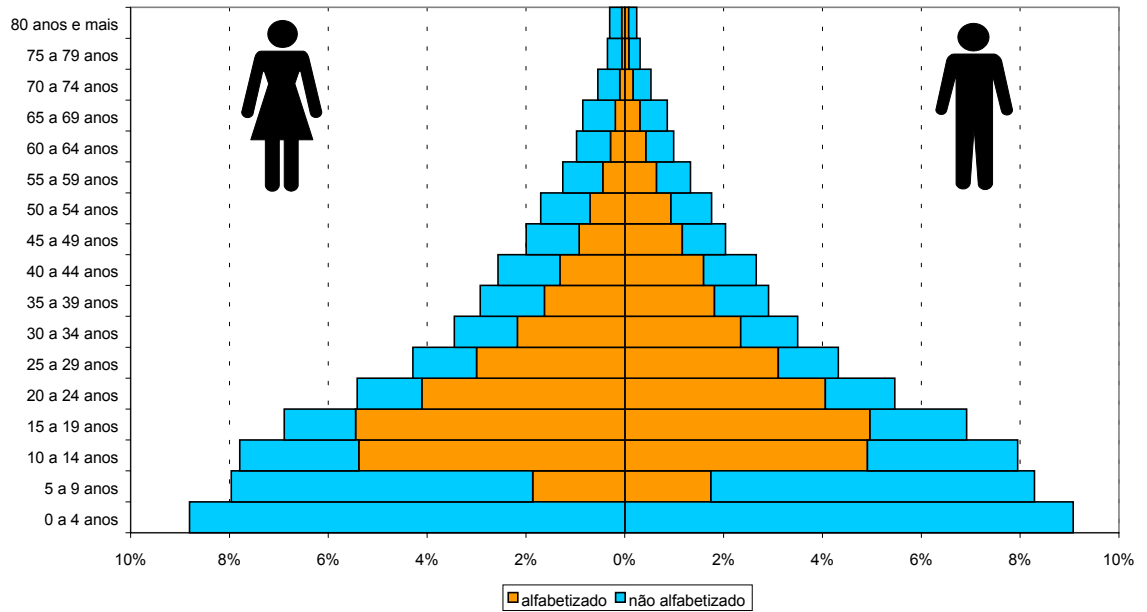
**Gráfico 45**

**PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO ALFABETIZAÇÃO - BRASIL - 1960  
PARDOS**

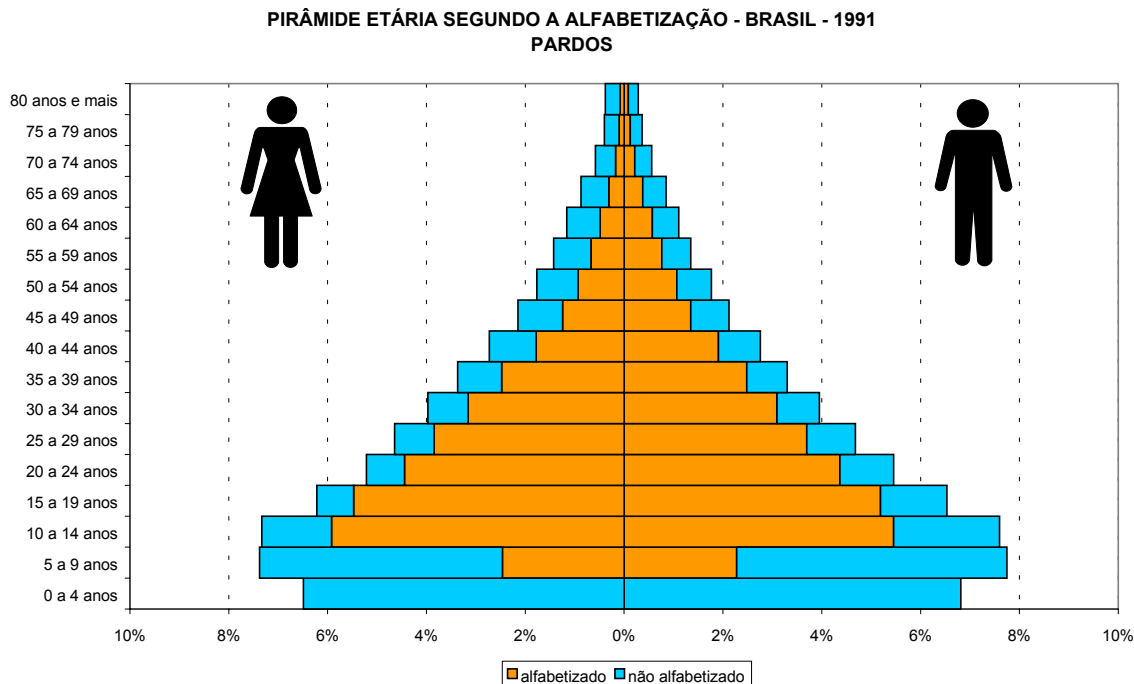


**Gráfico 46**

**PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO - BRASIL - 1980  
PARDOS**



## Gráfico 47



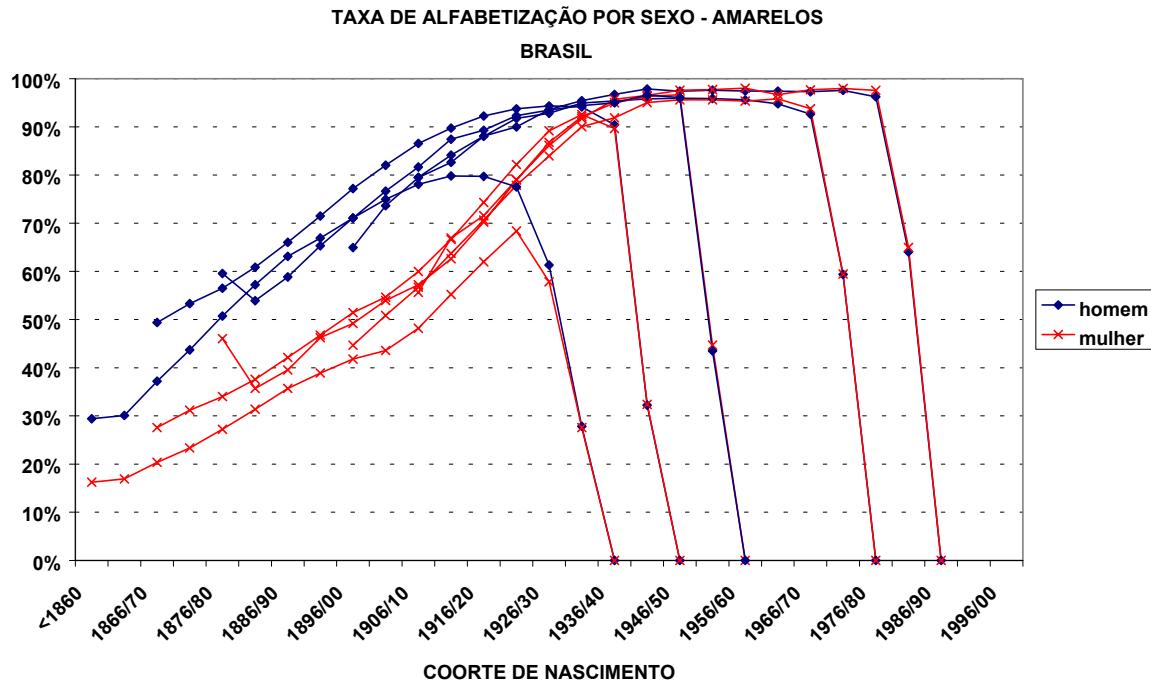
## 9. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Amarelos

### 9. 1 Taxas específicas

A população amarela, além de, presentemente, apresentar as maiores taxas de alfabetização, mostra um padrão bem diferente do das outras categorias de cor ou raça. A taxa bruta de alfabetização masculina não foi sobrepujada pela feminina até o último dado disponível, 1991 (ver Gráfico 11). O Gráfico 48 apresenta as taxas de alfabetização de mulheres e homens amarelos desagregadas por coortes de nascimento para os diferentes anos censitários. Ainda que quando se considera a taxa bruta, a população masculina apresenta valores melhores, aqui também se podem observar a evolução, no tempo, das taxas de cada coorte e o hiato entre os sexos a favor dos homens nas coortes mais velhas dos primeiros censos, bem como a reversão a favor das mulheres nas coortes mais jovens dos censos mais recentes. O que se nota é que são os indivíduos de raça amarela que apresentam o maior hiato de gênero em valores absolutos para as coortes mais velhas, um pouco mais de 20% de diferença a favor dos homens. É visível também um movimento de retangularização das taxas, não observado ainda entre os indivíduos das outras categorias. Já em 1950, tanto os indivíduos do sexo masculino quanto os do sexo feminino do grupo etário de 20 a 25 anos apresentavam taxas de alfabetização superiores a 90%, ainda que dez anos antes esta não fosse a norma. Os indivíduos brancos, mesmo dez anos

depois, no censo de 1970, não tinham alcançado ainda tais valores e possivelmente, só em 1980<sup>16</sup> ultrapassaram essa barreira.

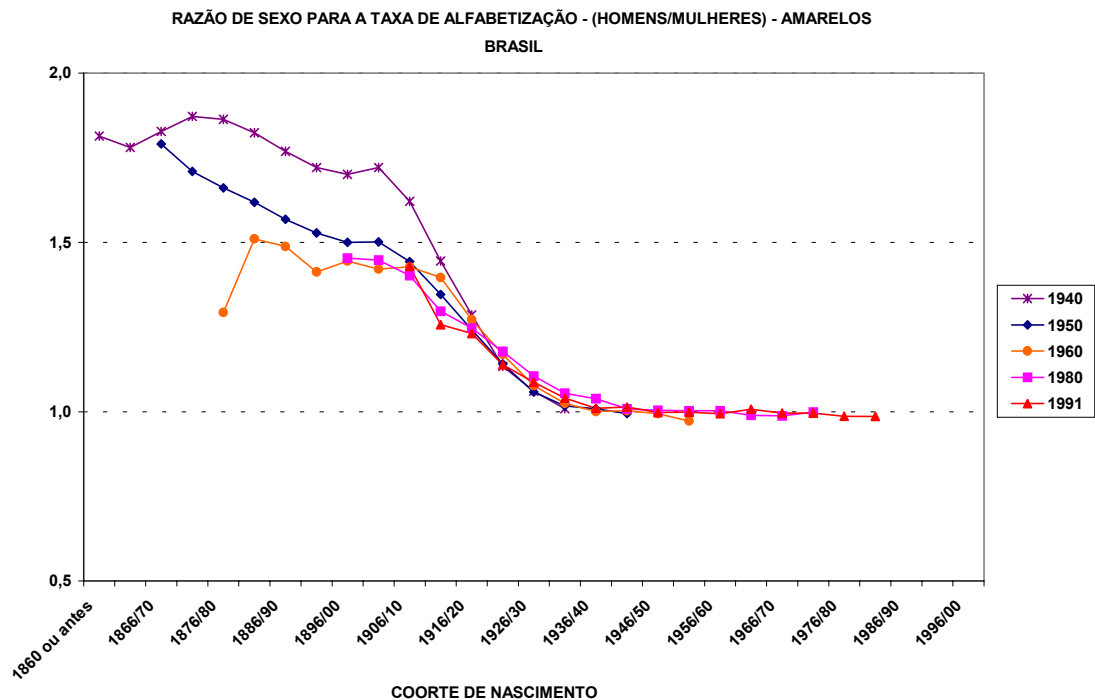
## Gráfico 48



No Gráfico 49, é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização de mulheres e homens amarelos. Mais uma vez, o hiato de gênero é confirmado. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização 80% mais altas do que as das mulheres. Para as coortes mais jovens, existe também uma inversão no sinal do hiato, mas a vantagem feminina é ainda mais modesta, tão somente 1% de vantagem. A população amarela também apresenta o mesmo padrão encontrado para o Brasil como um todo: as mulheres se alfabetizam mais cedo, e os homens alcançam eventualmente taxas mais expressivas. A população amarela apresenta um padrão de diminuição do hiato de gênero bem mais acelerado do que o das outras categorias de cor ou raça, ainda que perdesse uma ligeira vantagem masculina. Já em 1950 e em todos os censos posteriores, as coortes nascidas após 1936 apresentam uma razão de sexo virtualmente igual à unidade.

<sup>16</sup> Como já comentado anteriormente, essa informação não está disponível para o censo de 1970.

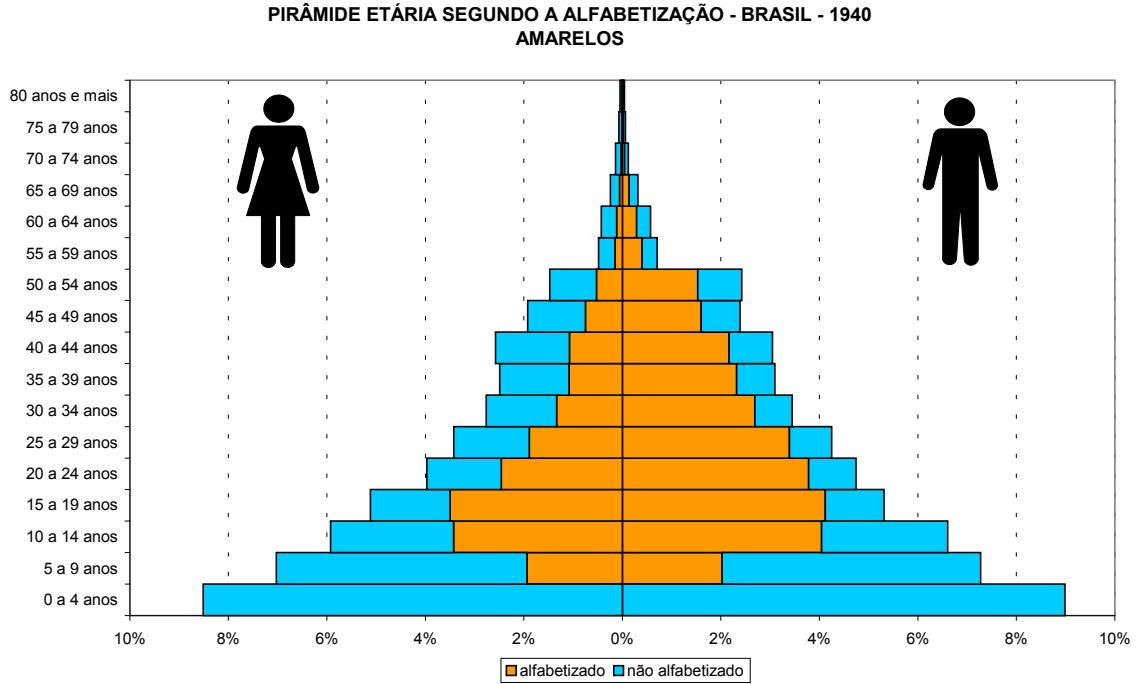
## Gráfico 49



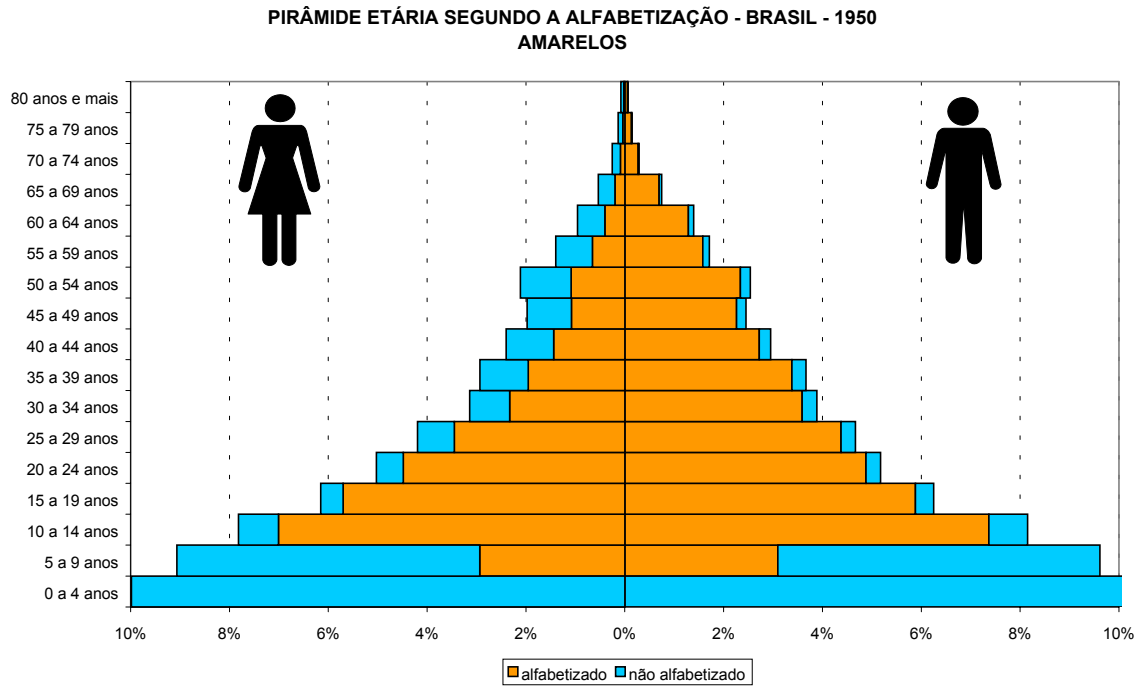
### 9. 2 Pirâmides etárias

Os Gráfico 50 a Gráfico 54 mostram a pirâmide etária da população amarela desagregada também por condição de alfabetização nos anos censitários entre 1940 e 1991. Naquele primeiro ano, o quadro da alfabetização para aqueles pertencentes a essa categoria, é absolutamente diferente dos quadros apresentados para as outras. Já nesse ano, o número de alfabetizados é muito superior ao de não-alfabetizados. Porém, tal como ocorre com as outras categorias, o número das mulheres analfabetas é relativamente maior em comparação com o dos homens, nas faixas etárias mais velhas. A quase erradicação do analfabetismo, entre os indivíduos amarelos, é patente no último ano disponível, ou seja, 1991.

**Gráfico 50**

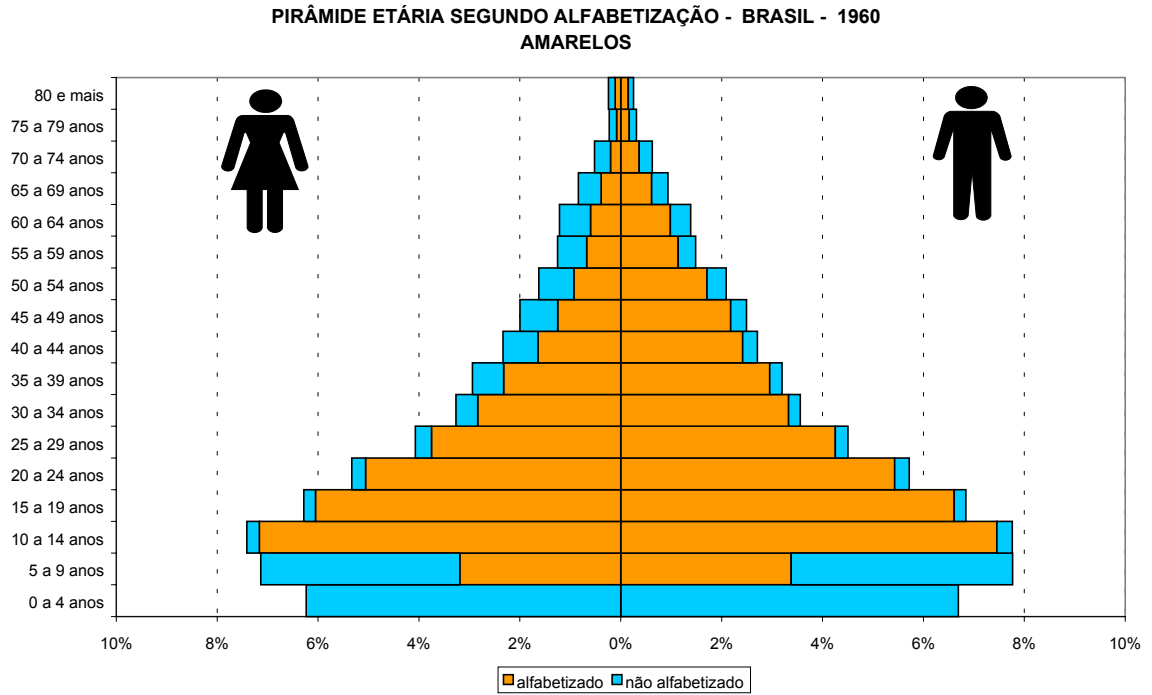


**Gráfico 51**

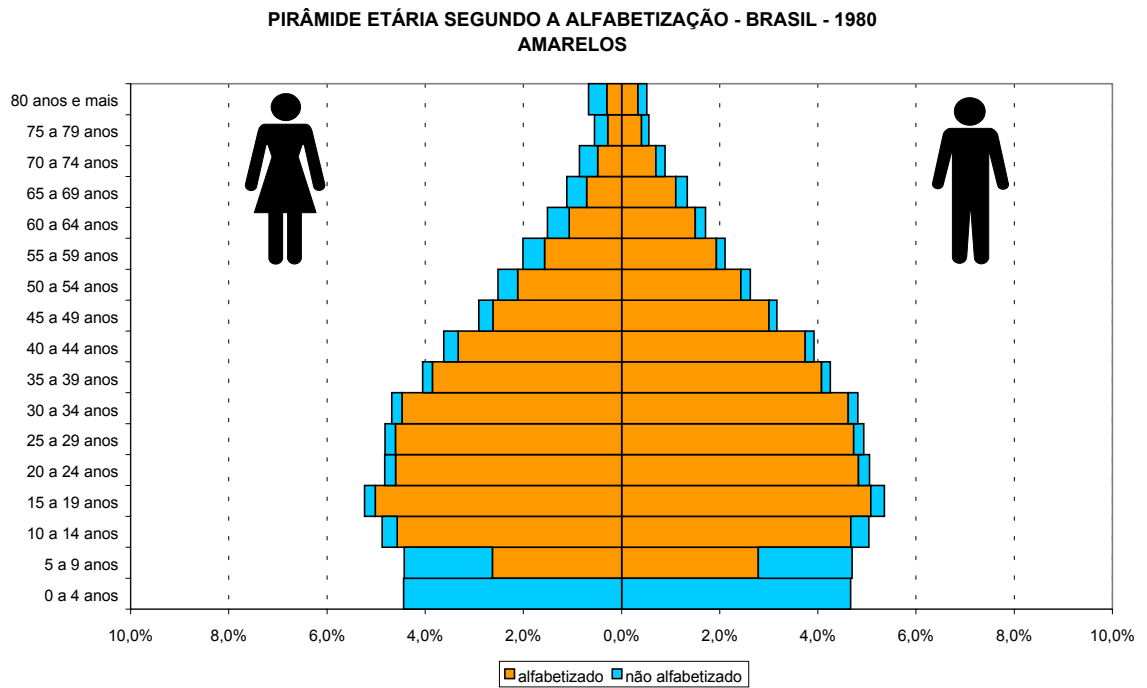




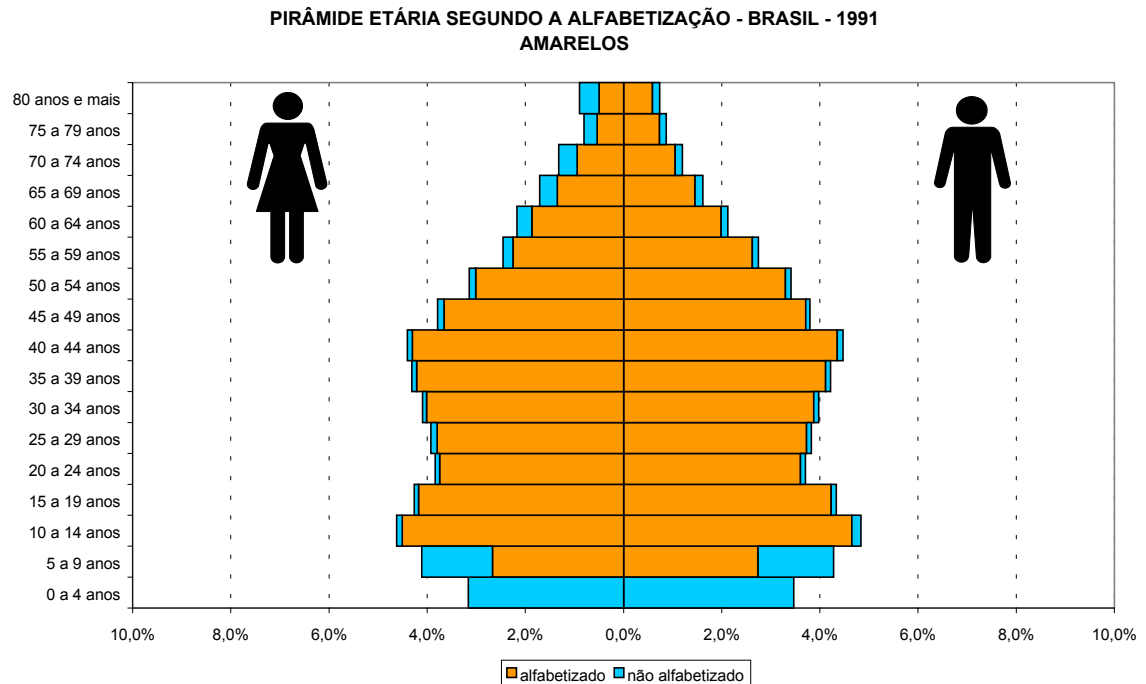
**Gráfico 52**



**Gráfico 53**



## Gráfico 54

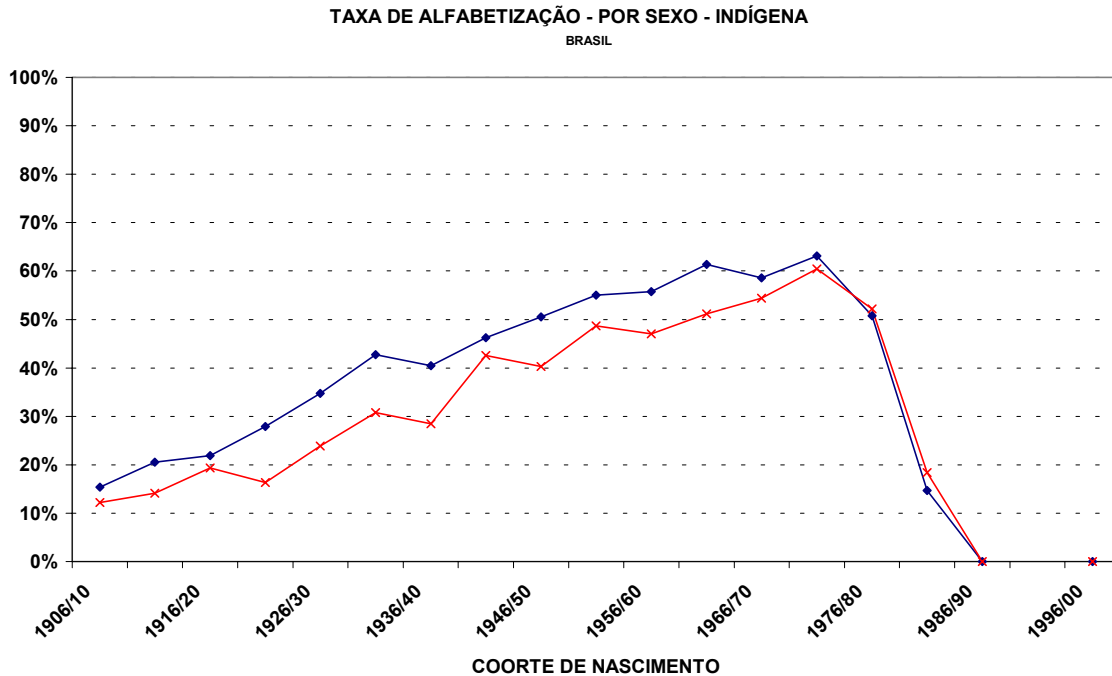


## 10. Alfabetização por sexo e idade – Brasil – Indígenas

### 10.1 Taxas específicas

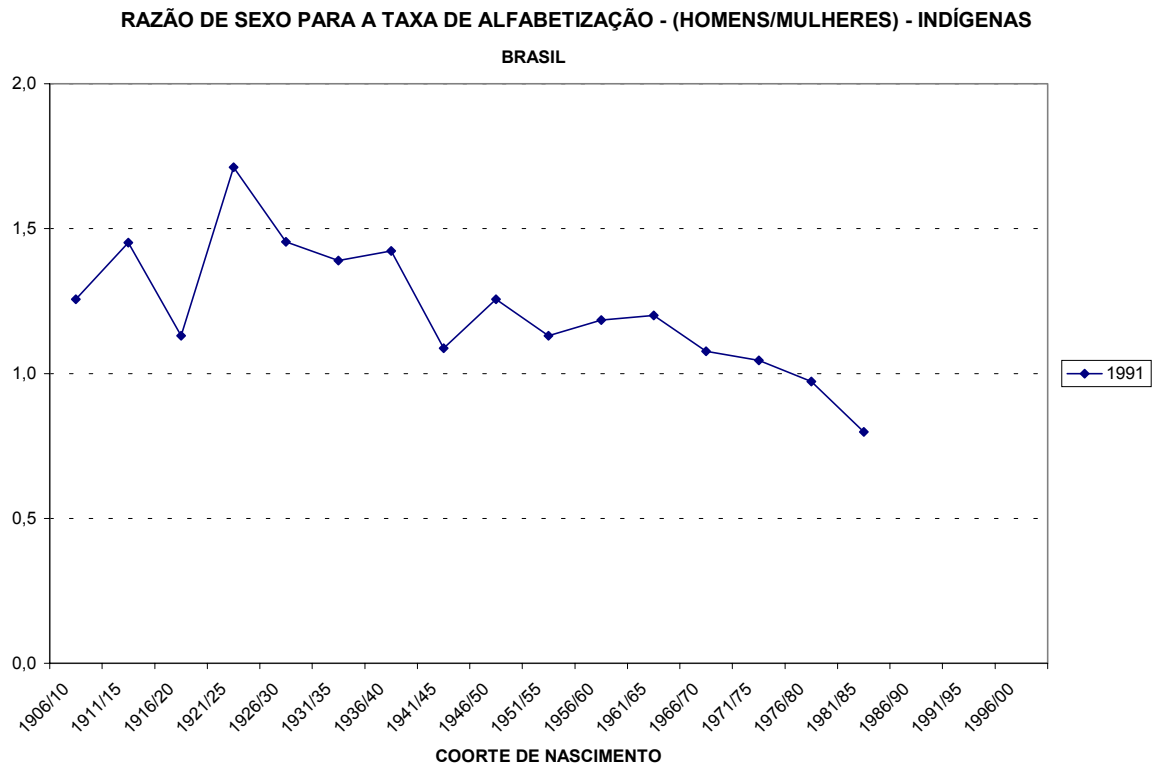
A população indígena é a que apresenta os valores mais baixos de alfabetização. O Gráfico 55 mostra a condição de alfabetização de homens e mulheres indígenas de acordo com o censo de 1991. A proporção de não-alfabetizados é maior entre as faixas etárias mais velhas, embora o hiato pareça razoavelmente constante para as idades acima de 25 anos. Para os indivíduos com menos de 10 anos, percebe-se uma pequena vantagem da população feminina.

## Gráfico 55



No Gráfico 56, é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização da população indígena. Mais uma vez, o hiato de gênero é confirmado, ainda que historicamente seja o que apresenta menor diferença entre homens e mulheres. Para esse contingente, o padrão da evolução do hiato é semelhante ao encontrado para todas as outras categorias de cor ou raça, com exceção da amarela. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização mais altas do que as das mulheres, e o oposto ocorre para as coortes mais jovens.

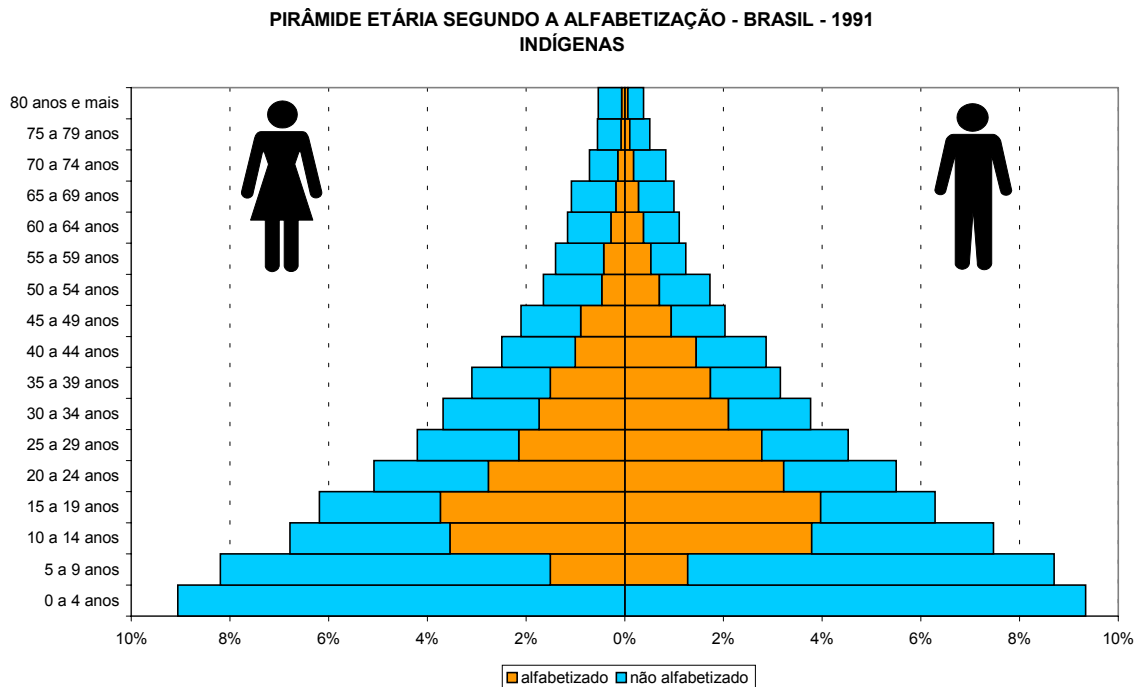
## Gráfico 56



## 10. 2 Pirâmides etárias

O Gráfico 57 apresenta a pirâmide etária para a população indígena no ano de 1991. Ela apresenta uma configuração semelhante à encontrada para a população branca em 1960.

## Gráfico 57



# 11. Comparação entre as categorias de cor ou raça

## 11.1 Taxas masculinas

O Gráfico 58 apresenta as razões das taxas de alfabetização por cor ou raça e o total do Brasil por coorte de nascimentos para a população do sexo masculino, como mensurados em diversos censos. Razões acima do total Brasil implicam taxas maiores do que a média nacional, e razões abaixo, taxas menores. O que podemos notar é que existem raças que se apresentam sempre acima da média nacional e outras que se apresentam sempre abaixo da mesma. Também aqui, fica claro uma hierarquização racial nas taxas de alfabetização: amarelos, brancos, pardos e pretos. No passado recente, os indivíduos pardos e os que se declaram pretos apresentam taxas quase que coincidentes. Em linhas gerais, o movimento é de uma uniformização das taxas: os valores das coortes mais velhas nos censos mais antigos apresentam uma dispersão maior do que os das coortes mais novas nos censos mais recentes. As exceções são os grupos de 5 a 10 anos e de 10 a 15 anos, que apresentam valores bem dispersos, indicando uma entrada na escola diferenciada por cor ou raça. As populações amarelas e brancas se alfabetizam muito mais cedo do que as preta e parda. No censo de 1950, os meninos amarelos, no grupo etário 5 a 10 anos, apresentaram uma taxa de alfabetização mais de 2,5 vezes maior do que a média nacional. Nos censos de 1980 e 1991, as taxas foram, respectivamente, 1,7 e 1,5 vez maior do que a citada média. Uma outra discrepância é o comportamento da população amarela como um todo: no censo de 1950 apresentou uma melhora surpreendente, mesmo *vis à vis* a branca, já que possui o único conjunto de dados ascendentes entre todos os pontos do gráfico, fato que denota um distanciamento do comportamento do todo. Neste caso, ocorre um crescimento muito maior da taxa de alfabetização do que o dos outros grupos. Em média, tal população apresenta taxas mais de 50% superiores às taxas nacionais. Nos censos seguintes continua com uma posição privilegiada, embora não exceda os 50% da média nacional e apresente uma curva descendente.

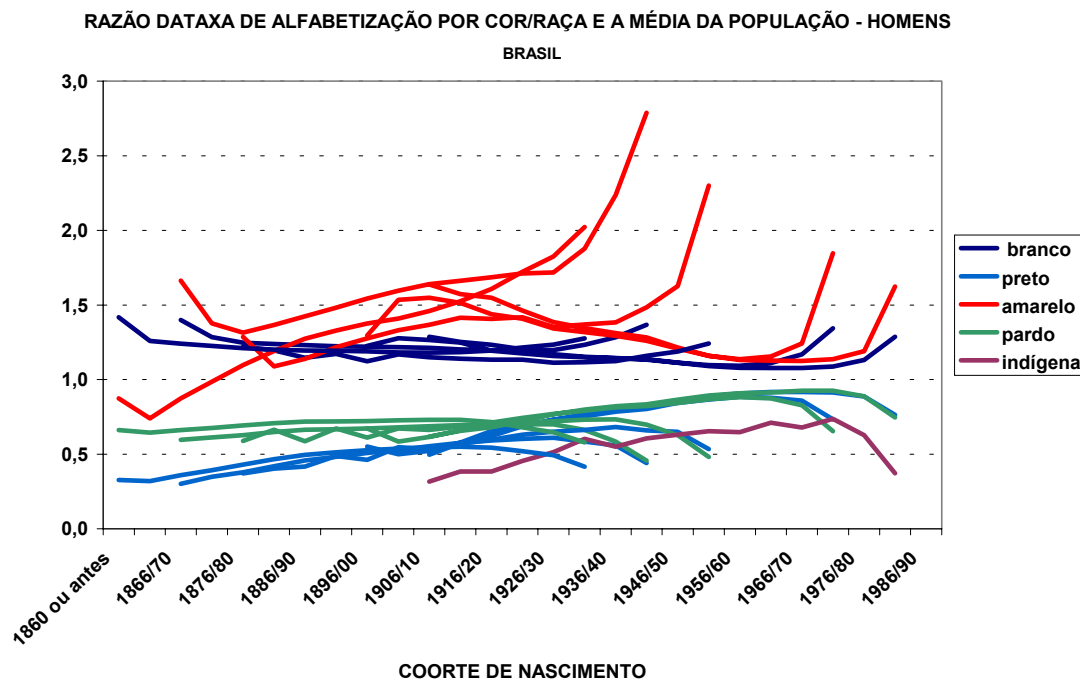
Para as populações branca e amarela nos primeiros anos censitários estudados, os valores correspondentes ao último grupo etário são superiores aos do grupo etário vizinho contíguo, podendo ser causados pela mortalidade diferenciada: indivíduos de menor renda e menor escolaridade apresentariam maior mortalidade, o que aumentaria a taxa de alfabetização dos sobreviventes.

Para a população indígena, as informações restringem-se unicamente ao censo de 1991. Os valores são os mais baixos apresentados por qualquer outra categoria de cor ou raça, em média 50% das taxas nacionais.

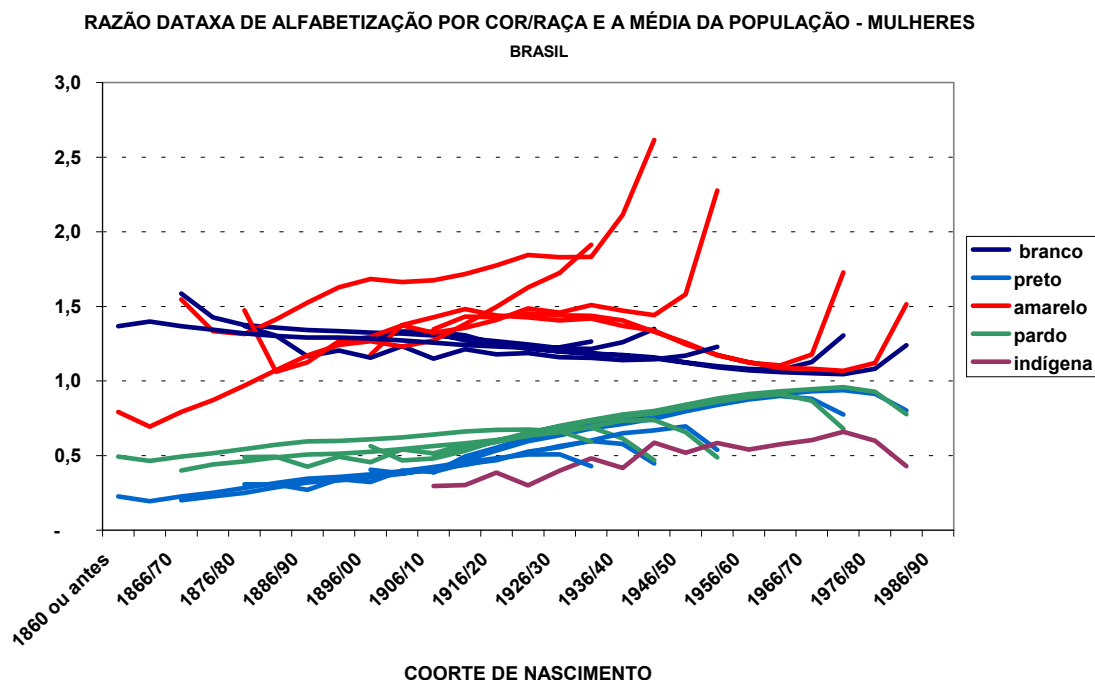
## 11.2 Taxas femininas

Basicamente, tudo o que foi observado sobre as taxas de alfabetização da população masculina também é verdade para a população feminina. A hierarquização das taxas de alfabetização é idêntica: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. As discrepâncias diminuem nos censos mais recentes e nas coortes mais jovens. As coortes femininas de 5 a 10 anos e de 10 a 15 anos apresentam a mesma particularidade das coortes masculinas equivalentes, o que denota entrada diferenciada na escola: crianças amarelas e brancas são alfabetizadas bem antes das pretas ou pardas. As diferenças entre meninas pretas e pardas são ligeiramente maiores do que as encontradas entre os meninos das mesmas categorias.

**Gráfico 58**



## Gráfico 59



## 12. Comentários e conclusões

Os dados e análises apresentados acima nos conduzem à pressuposição de que há, sim, uma certa coincidência das fronteiras raciais e das fronteiras socioeconômicas. As desigualdades raciais são também desigualdades sociais e ficam flagrantes quando examinamos os dados relativos à alfabetização, desagregando-os pelas diferentes categorias de cor ou raça que compõem a população brasileira. Como afirma Henriques (2001:1), “o pertencimento racial tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil”.

Na década de 40, a proporção de pretos e pardos alfabetizados representava menos da metade do número de brancos na mesma situação e terça parte dos amarelos, fato que pode ser atribuído a uma discriminação racial tal que impedia mesmo a freqüência de negros à escola, apesar da Lei 1390 de 03/07/51, mais conhecida como Lei Afonso Arinos, a qual em seu artigo 5º, prevê punição para o estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau que se recuse a inscrever aluno ou aluna por preconceito de raça ou de cor. No entanto, apesar da proteção legal, do fortalecimento do movimento negro, bem como de uma certa mobilidade social vivida por uma parcela da população preta e parda, com uma maior participação nas artes e na política, a discriminação racial ainda é fato, haja vista a pesquisa realizada em 1995 pelo Data Folha, que ao perguntar se havia, no Brasil preconceito de cor em relação aos negros, pôde aferir que 89% dos entrevistados disseram que sim, e 9% disseram que não (Sant’Anna, 2000:1). Se havia alguma dúvida de que a população parda, isto

é, mulatos e mestiços não sofre o mesmo preconceito que os pretos, as taxas de alfabetização mostram que há discriminação para ambos os grupos e na mesma intensidade.

Assiste-se a uma persistência dos padrões de desigualdade entre brancos e outros grupos, ainda que as diferenças estejam mitigadas com o passar do tempo. Prova disso são os resultados de pesquisa coordenada por Paixão (apud Sant'Anna, 2000:7). Em tal pesquisa, seguiu-se a mesma metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da PNUD para medir a diferença entre brancos e negros (incluindo-se neste último grupo, pretos e pardos). Os dados utilizados foram os da PNAD de 1998. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999, o Brasil ocupava a 74ª posição. Com base nos dados da PNAD, a citada pesquisa conclui, que ao se considerarem unicamente os brancos, essa posição sobe para a 49ª. No entanto, ao se considerar exclusivamente os negros, o Brasil desce para a 108ª posição.

Deve-se deixar registrado o fato de que são raros os estudos voltados especificamente para a população amarela no Brasil ou que a inclua em estudos sociais e econômicos comparativos inter raciais, possivelmente pelo tamanho exíguo desse contingente e pela sua condição social e econômica igualar e em muitos casos até suplantar a dos brancos. A emigração japonesa, primeiro e possivelmente o principal contingente de indivíduos que se declaram na categoria amarelos no Brasil, foi formalizada através do "Tratado da Amizade", assinado pelos governos brasileiro e japonês em 1895. O primeiro navio, com 781 imigrantes chega ao Brasil em 1908. Até 1933 já haviam aqui chegado 24493 japoneses. Esse fluxo migratório foi, porém, reduzido com a promulgação de lei restritiva à entrada de japoneses no país (1934) e com a suspensão das relações diplomáticas entre Brasil e Japão durante a Segunda Guerra. Em 1952 dá-se início a uma nova onda migratória, a qual começa a declinar a partir do início da década de 60.

No ensejo dos preparativos para o 80º aniversário da imigração japonesa, o Centro de Estudos Nipo-Brasileiros deu início, em 1986, a uma pesquisa sobre a condição sócio-econômica dos japoneses residentes no Brasil e seus descendentes. No entanto, a alfabetização e o nível educacional desses indivíduos não foi observado na pesquisa.

A população amarela no Brasil até há pouco tempo era principalmente composta de japoneses e seus descendentes. Só recentemente imigrantes de outros países asiáticos (China, Coréia entre outros) passaram a ter o Brasil como ponto final do processo migratório.

Os estudos sócio-econômicos comparativos inter-raciais privilegiam a população branca e os indivíduos que se declaram pretos e pardos. Isto se deve,



provavelmente, à circunstância de que “os brasileiros afro-descendentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria”.(Henriques, 2001:4). Segundo dados coletados por Henriques (2001:13) na PNAD de 1999, o percentual de pobres e indigentes é maior entre os brancos do que entre os amarelos. Os percentuais mais altos ficam com pretos e pardos. Outro ponto de destaque em relação aos estudos voltados à mensuração das desigualdades raciais, diz respeito à tendência de reunir os contingentes de ‘pretos’ e ‘pardos’ numa nova categoria de “negros” baseada nas análises que mostram, por um lado a aproximação da condição sócio-econômica desses dois grupos (Ver Henriques, 2001:4, nota) e por outro na ideologia do embranquecimento que supõe que no Brasil há, provavelmente, um grande contingente de pretos que se autodeclaram pardos. Essa ênfase na dicotomia branco/negro, embora justificada pela magnitude dessas populações e das desigualdades existentes entre elas, de forma alguma esgota as análises das desigualdades raciais no Brasil. Por excluir de uma análise mais aprofundada a situação de amarelos e indígenas, importantes dimensões dessa problemática podem estar sendo desconsideradas.

No que concerne à alfabetização, embora a preocupação com a educação remonte ao Brasil Império, pode-se dizer que as políticas públicas projetadas para diminuir especificamente os índices de analfabetismo da população brasileira em idade ativa têm início em 1969 com a Fundação MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, consequência da Lei 5.379/1967, a qual propunha a alfabetização de jovens e adultos. Inicialmente, o público-alvo desta Fundação era a população urbana na faixa etária de 15 a 35 anos. Na opinião de Freitag (1986:92), “o MOBRAL... não é o primeiro esforço alfabetizador. Mas é a primeira vez que o governo se encarrega de implantar um movimento que antes de mais nada alfabetize a força de trabalho e eleve, mesmo que por um mínimo, o seu nível de qualificação”. A Fundação MOBRAL encerra seus trabalhos nos anos 80. O programa público seguinte, voltado para diminuir os índices de analfabetismo, foi o assim chamado Alfabetização Solidária, iniciado em 1997 e voltado principalmente para a faixa etária entre 12 e 18 anos.

Em resumo, podemos dizer que a melhor situação relativa à alfabetização, usufruída pelos homens na metade do século passado, paradoxalmente, não progrediu tanto quanto a situação feminina. Note-se que, nas categorias de cor ou raça com situação socioeconômica mais afluenta a vantagem masculina permanece. É entre as menos favorecidas (parda e preta) que as mulheres estão suplantando os homens. Semelhante análise tem um rebatimento na distribuição regional. Nas regiões menos favorecidas, são também as mulheres que apresentam maior progresso na área de alfabetização. (ver Anexo com gráficos por grande região).

## 13. Bibliografia

- Alfabetização Solidária (<http://www.alfabetizacao.org.br/programa/default.htm>)
- Alves, Arlete Maria da Silva. Cultura de desigualdades: raça, movimentos feministas e justiça ambiental, *Proposta*, 76, pp. 64-72, março/maio 1998.
- Barcelos, Luiz Cláudio. Educação: um quadro de desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.23, p.37-69, dez.1992
- Batista, Marta A. R.; Galvão, Olívia M.R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.23, p.71-95, dez.1992
- Beltrão, Kaizô I. *Acesso à educação: existe igualdade entre os sexos?* Rio de Janeiro. TD 879, IPEA, maio 2002.
- Bercovich, Alicia M. Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil. In: Lovell, Peggy A. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- Berquó, Elza. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. In: *Anais do II Encontro Nacional da ABEP*. Olinda, 1988.
- Bourdieu, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. *Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil*. São Paulo: 1988.
- Costa, Tereza Cristina N. Araujo. O princípio classificatório 'cor', sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, v.36, n.3, p.91-106, jul./set.1974.
- Freitag, Bárbara. *Escola, estado & sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.
- Hasenbalg, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Hasenbalg, Carlos A.; Silva, Nelson do Vale. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: Lovell, Peggy A. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- Henriques, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: TD 807, IPEA, julho de 2001.
- IBGE. *Censo demográfico*. 1940
- \_\_\_\_\_, *Censo Demográfico*. 1950
- \_\_\_\_\_, *Censo Demográfico*. 1960
- \_\_\_\_\_, *Censo Demográfico*. 1970
- \_\_\_\_\_, *Censo Demográfico*. 1980.
- \_\_\_\_\_, *Censo Demográfico*. 1991.
- \_\_\_\_\_, *Censo Demográfico*. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Manual do Recenseador*. 1990, 2000.
- Lovell, Peggy A., org. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- Lovell, Peggy A. Raça e gênero no Brasil. *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*, n.35, p.39-71, 1995.

- Oliveira, Jane Souto de. *"Brasil mostra a tua cara": imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*, Rio de Janeiro, 2001, mimeo.
- Rosemberg, Fúlvia et al. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.
- Saito, Hiroshi, org. *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- Saito, Hiroshi; Maeyama, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Sant'Anna, Wania. *Novos marcos para as relações étnico/raciais no Brasil: uma responsabilidade coletiva*. Rio de Janeiro: FASE, 2000.
- Santos, Joel Rufino dos. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias Estratégicas*, n.6, p.110-154, março 1999.
- Schwartzman, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n.55, p.83-96, nov. 1999.
- Silva, Nelson do Vale. Aspectos demográficos dos grupos raciais. *Estudos Afro- Asiáticos*, n.23, p.7-15, dez. 1992
- Teixeira, Moema de Poli. Negros em ascensão social: trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998. (Tese de doutorado em antropologia, UFRJ)